

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

ADRIANA SILVA CAIRES

**MEMÓRIA, TERRA E TRABALHO:
ETNOGRAFIA DE UM POVOADO**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
SETEMBRO DE 2022

ADRIANA SILVA CAIRES

**MEMÓRIA, TERRA E TRABALHO:
ETNOGRAFIA DE UM POVOADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória, Trabalho e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
SETEMBRO DE 2022**

C136m

Caires, Adriana Silva.
Memória, terra e trabalho: etnografia de um povoado. / Adriana Silva
Caires – Vitória da Conquista, 2022.
102 f.

Orientadora: Ana Elizabeth Santos Alves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da
Conquista, 2022.

Inclui referências F. 98 – 102.

1. Trabalho - Campo. 2. Mundo Rural - Memória. 3. Capitalismo. I. Alves, Ana
Elizabeth Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de
Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 331.118

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título: Memory, land and work: ethnography of a village.

Palavras-chaves Work. Capitalism. Rural World. Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (presidente), Prof. Dr. José Alves Dias
(titular), Profa. Dra. Acácia Batista Dias (titular).

Data da Defesa: 19 de setembro de 2022.

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Adriana Silva Caires

**Memória, Terra e Trabalho:
Etnografia de um Povoado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade.

Local e data da defesa: Vitória da Conquista, BA, 19 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves
Presidente
Instituição: UESB

Ass.: Ana Elizabeth S. Alves

Prof. Dr. José Alves Dias
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Acácia Batista Dias
Instituição: UEFS

Ass.: Acácia Batista Dias

À memória de Sinhá e Normindo,
avós maternos.

AGRADECIMENTOS

Aquele que não morou nunca em seus próprios abismos, nem andou em promiscuidade com os seus fantasmas, não foi marcado. Não será marcado. Nunca será exposto às fraquezas, ao desalento.

Manoel de Barros

Agradecer é, antes de mais nada, reconhecer. Reconhecer que sem parcerias e orientação, em qualquer atividade humana, individual ou coletiva, a ação de fazer se torna um vazio repleto de caminhos plausíveis e também impraticáveis. Ao trilhar os caminhos de estruturação e desenvolvimento desta pesquisa, exposta a fraquezas e desalento, mais que parceria e orientação, pude contar com o senso de humanidade, uma empatia que, verdadeiramente, me resgatou, por vezes, dos meus abismos. É reconhecendo sua inestimável contribuição que agradeço à Dr^a. Ana Elizabeth Santos Alves.

À coordenação pela atenciosidade e presteza na condução do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

À professora Dr^a. Acácia Batista Dias e ao professor Dr. José Alves Dias pela importante colaboração nas bancas de qualificação e defesa.

À educação pública não como uma dádiva, mas fruto de lutas que a sociedade brasileira empreendeu ao longo da nossa litigiosa história de acesso aos direitos fundamentais. História tristemente manifestada hoje sob os sombrios tempos da violência política local contra a ciência e devastação das condições humanas planetárias com a pandemia. E, mesmo diante de todas as mazelas empreendidas pelos severos golpes do governo atual contra o acesso ao ensino público de qualidade, agradeço àqueles e àquelas que se empenham e se dedicam à defesa do significado social e político da educação e da ciência e, assim, ajudam a manter o pensamento crítico dos que se arriscam a problematizar a realidade permanentemente tensionada pelos conflitos de classe e pelas contradições do capital.

Na condição de servidora pública da educação básica, agradeço ao governo do Estado da Paraíba e à prefeitura municipal de João Pessoa pela concessão ao meu direito de formação acadêmica e profissional.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que habitam o povoado da Várzea, em sua integralidade, às que, mesmo de forma indireta, contribuíram para a execução deste trabalho de pesquisa. Às que não negam um cumprimento, os mais discretos como um rápido meneio da cabeça, às de aperto de mão forte e olhar sincero.

Agradeço à minha família que mora no povoado da Várzea, e não posso deixar de nominar algumas pessoas que estiveram sempre juntas a mim neste percurso, perguntando sobre o andamento dos meus estudos, admirando minha determinação para estudar e meu gosto pela leitura, contando histórias de vida, trocando um dedo de prosa, tomando um café, partilhando momentos, oferecendo apoio e, sobretudo, demonstrando amor, bem maior. Agradeço a D. Edite, minha mãe, tia Neuza, tia Estelita, tia Neli, Tonhe, tia Ceíça, tia Di, tio Zé, Santa, Ivani, Rose, Ana Maria, Delmiro, tio Miguel, Cleidiane, Lúcia, afetos mais que especiais, dentre tantos outros.

Eu Ytu Açú

Sou um filho desta terra, este é o meu lugar
Brejo Grande da Chapada, meu interior
Sou de rios, cachoeiras, Serra Geral e luar
Tudo que cresceu comigo, levo aonde for

Cada casa guarda um tempo de sem-fim
Eu me guardo livre sob os teus lençóis
Nossa Senhora do Alívio, traz pra mim
A paz dos meus avós

A voz que canta saudade é Mangabeira
Tenho assim, em minha mãe, minha bandeira
Sou Maracás, sou Tapajós

Minha terra é bem maior do que qualquer lugar
Meus heróis são sons e versos que posso compor

Cada canto guarda um canto pra contar
Terra e Água, nossos signos no azul
Contas leva Mato Grosso para o mar
Êh, Sincorá! Ah, Tanhaçu!

Das cantigas nas escadas da Matriz
À caatinga, antiga é minha raiz
Este é o meu chão... Estou aqui... Eu e tu!

Água Preta, lava o templo de onde eu vim
Traz Moenda, Bica, Xixa, Violão,
Ecológico Museu, Tempero. Enfim,
Peral, Amizade e Coração

Sou de frutas, aves, praças e quintais
Nas histórias e memórias ancestrais
Sou este lugar e nunca saí. Eu, Ytu Açú!

(Kleber Aguiar e Gutemberg Vieira)

RESUMO

A conformação das relações de produção no campo brasileiro tem base na dinâmica dos processos históricos de desenvolvimento do capitalismo. A agricultura entendida como elemento configurador central do espaço rural figura ao lado do campesinato enquanto profissão e classe social que emergem dos primeiros núcleos populacionais, no Sertão do Brasil, em função das minas de ouro, das rotas de boiadas e das feiras, ao longo do século XVIII. Na transição para o século XIX, havia uma diversidade de tipos sociais como posseiro e pequenos agricultores que ajudavam a compor um cenário rural brasileiro do tipo familiar, mestiço, despossuído, flutuante, pobre e faminto, em decorrência dos desdobramentos dos interesses da elite oligárquica colonial que aqui se estabelecera. A análise crítica desta pesquisa se estende sobre a prática social concreta dos sujeitos do povoado da Várzea voltada essencialmente para a experiência do trabalho na pequena propriedade rural dominante no município de Ituaçu, Bahia, imersa numa contextualidade capitalista predominantemente conflituosa e contraditória que se desdobra pelos séculos XX e XXI. Com os objetivos de conhecer a dinâmica histórica da realidade material do trabalho, no povoado da Várzea, problematizar o cotidiano dos sujeitos que habitam o povoado e analisar aspectos do trabalho relacionados a conhecimentos tradicionais conjugados aos usos dos recursos naturais disponíveis na produção dos meios de subsistência, a pesquisa tem como aporte teórico um referencial voltado para as categorias trabalho, capitalismo, meio rural e memória. Busca compreender a apropriação que fazem os sujeitos através de suas potencialidades e inventividades dos meios e recursos disponíveis, por meio do trabalho, para a composição da própria vida. Tais experiências se estabelecem a partir de heranças transmitidas entre gerações pela tradição e por valores que acabam por influenciar as práticas e a produção dos modos de vida locais. O fenômeno da memória se insere nessa problemática ao influenciar a elaboração das trajetórias pessoais e coletivas, as quais podem estar orientadas segundo valores, normas e experiências apreendidas ou vivenciadas em contextos familiares e sociais. Diante dos processos históricos que constituem a conformação da realidade brasileira desde o século XVI até os dias atuais, relativas ao trabalho na localidade do povoado da Várzea voltado para a terra, as conclusões desta pesquisa, portanto, podem ser elencadas da seguinte forma: continuidade de elementos relacionados à precarização dos modos de vida e da produção da existência; permanência de difíceis condições de vida; o trabalho com a terra é exercido pelos mais velhos; ausência do Estado; a produção na pequena propriedade é destinada ao abastecimento das cidades e ao autoconsumo; predominância de pequenas propriedades; falta de titulação legal das propriedades. Para alcançar as respostas aos objetivos traçados, foi feita, no campo empírico, uma observação direta e presencial do povoado e, como instrumento de coleta de dados, foram realizados registros fotográficos de cenas do cotidiano do trabalho. A concepção dialética e materialista da história foi o método empregado em termos de perspectivas e metas, pois se funda no modo humano de produção social da existência, funcionando como mediador no processo de conhecimento da estruturação, desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.

Palavras-chave: Trabalho; Capitalismo; Mundo Rural; Memória.

ABSTRACT

The conformation of production relations in the Brazilian countryside is based on the dynamics of the historical processes of capitalist development. Agriculture, understood as a central configuring element of rural space, appears alongside the peasantry as a profession and social class that emerged from the first population centers, in the Sertão of Brazil, due to the gold mines, the cattle routes and the fairs, along the XVIII century. In the transition to the 19th century, there was a diversity of social types such as squatters and small farmers who helped to compose a Brazilian rural scenario of the familiar, mestizo, dispossessed, floating, poor and hungry type, as a result of the unfolding interests of the colonial oligarchic elite who had settled here. The critical analysis of this research extends to the concrete social practice of the subjects of the Várzea village, essentially focused on the experience of work in the small dominant rural property in the municipality of Ituaçu, Bahia, immersed in a predominantly conflictive and contradictory capitalist context that unfolds over the centuries XX and XXI. With the objective of knowing the historical dynamics of the material reality of work, in the village of Várzea, to problematize the daily life of the subjects who inhabit the village and to analyze aspects of work related to traditional knowledge combined with the uses of available natural resources in the production of means of subsistence, the research has as theoretical support a reference focused on the categories work, capitalism, rural environment and memory. It seeks to understand the appropriation that subjects make through their potential and inventiveness of the means and resources available, through work, for the composition of their own lives. Such experiences are established from inheritances transmitted between generations by tradition and values that end up influencing the practices and production of local ways of life. The phenomenon of memory is part of this problem by influencing the elaboration of personal and collective trajectories, which may be oriented according to values, norms and experiences learned or lived in family and social contexts. In view of the historical processes that constitute the conformation of Brazilian reality from the century XVI to the present day, regarding the work in the village of Várzea facing the land, the conclusions of this research, therefore, can be listed as follows: continuity of elements related to the precariousness of ways of life and the production of existence; permanence of difficult living conditions; the work with the land is carried out by the elders; absence of the State; production on small farms is intended for supplying cities and for self-consumption; predominance of small properties; lack of legal title to the properties. In order to reach the answers to the objectives outlined, a direct and face to face observation of the village was made in the empirical field and, as a data collection instrument, photographic records of daily work scenes were carried out. The dialectical and materialist conception of history was the method used in terms of perspectives and goals, as it is based on the human mode of social production of existence, functioning as a mediator in the process of knowledge of the structuring, development and transformation of social phenomena.

Keywords: Work; Capitalism; Rural World; Memory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MUNDO AGRÁRIO E TRABALHO NO BRASIL: GÊNESE E INTERFACES	26
	26
2.1 A propriedade fundiária no Brasil e as formas de trabalho sob a dinâmica do capital	
2.2 Modernização tardia e conservadora no campo brasileiro do século XX	32
2.3 Novas configurações e velhas tendências, às vésperas do século XXI	41
2.4 Uma travessia inconclusa rumo a uma modernidade social	42
3 O FENÔMENO DA MEMÓRIA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS	45
4 ETNOGRAFANDO O POVOADO DA VÁRZEA	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

Ao ingressar no curso de pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, fiz matrícula na linha de pesquisa Memória, Cultura e Educação, cujo projeto temático Memória, Trabalho e Educação é coordenado pela Prof. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves, minha orientadora. Fui convidada a participar do grupo de estudos em História, Trabalho e Educação voltados para as concepções de saberes como conceitos epistêmicos e históricos e sua relação com os processos de produção da vida social de trabalhadores e trabalhadoras de comunidades rurais.

Com formação em história e sociologia, meu interesse acadêmico sempre esteve voltado para estudos do trabalho associado a emprego, degradação da mão de obra, capitalismo e políticas públicas. Até então, estive voltada para aspectos urbanos e suas contradições, e, na ocasião desta pós-graduação, passaria a dar início a uma aproximação de unidades de produção tradicional rural, o que parecia ser tão distante das minhas abordagens teóricas e de campo.

Na busca pelo delineamento do meu objeto, procurei me cercar das categorias, referências e conceitos tratados no grupo de estudos, cujas discussões estiveram essencialmente voltadas para aspectos do trabalho, educação, qualificação, divisão social e sexual do trabalho e memória. Recorri à historiografia brasileira voltada para o processo de construção das relações entre o homem e o campo que se estabeleceram a partir do povoamento e ocupação do interior da colônia com a invasão portuguesa. Enfoques sociológicos me ajudaram a entender a agricultura como elemento configurador central do espaço rural, relacionada à constituição do campesinato enquanto profissão e classe social vinculada à pequena propriedade e ao minifúndio.

Ao tomar a terra como principal meio de produção e sua exploração como principal fator das relações sociais, foi elaborado um apanhado de aspectos socioeconômicos da colonização portuguesa e da formação do Estado Nacional no Brasil, distinguindo vertentes interpretativas e discutindo a história agrária, associada à história regional e local, com recursos da história econômica e da sociologia.

Do estudo sobre a gênese da propriedade fundiária no Sertão do Brasil que se estabeleceu desde a ocupação portuguesa iniciada no século XVII, desdobrei-me sobre a formação da sociedade sertaneja, a conformação das estruturas rurais e a transformação das relações de produção no campo.

Imersa na paisagem rural que passara a constituir a historicidade do vasto sertão brasileiro, avancei em busca de um delineamento do meu objeto de pesquisa. Na ocasião desta pós, pude me reaproximar do povoado da Várzea, estar ali vivendo os dias pandêmicos e inseguros, tendo como vizinhança familiares, amigos e conhecidos, estes que, ao desejarem saber sobre mim, perguntavam: filha de quem? E assim, segui observando o lugar familiar, com o olhar de quem pesquisa, mas tomada pelo meu inevitável objeto que aos poucos se esboçava.

No município baiano de Ituaçu (do tupi-guarani: ytu = brejo e açu = grande), situado no bioma exclusivamente brasileiro da Caatinga, com uma população estimada em 19.095 pessoas (IBGE, 2010)¹, distante 520 quilômetros de Salvador, encontra-se o povoado da Várzea, um aglomerado de 210 famílias² afastado três quilômetros da sede da cidade.

O topônimo Várzea, assim como Brejo Grande, faz referência às águas do lugar, as quais, conforme poetiza Sampaio (1949)³, distribuem as populações ao longo da zona semiárida do Sertão, cuja vestimenta natural é a caatinga de verões prolongados, com períodos anuais de estiagem, seca e altas temperaturas.

A Várzea representa a materialização de uma sociedade organizada socioeconomicamente a partir das especificidades históricas do Sertão baiano. Lugar de vida e espaço de singularidades, o povoado pode ser enquadrado na condição de comunidade tradicional, de acordo com o Decreto Presidencial 6.040, de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com os seguintes termos: grupo social que faz uso dos recursos naturais para a produção da vida valendo-se

¹ Disponível em [Ituaçu \(BA\) | Cidades e Estados | IBGE](#). Acesso em out. 2021.

² Conforme “Relatório dos Domicílios do Povoado da Várzea” disponível no Posto de Saúde da Família situado na mesma comunidade.

³ SAMPAIO, Teodoro. **História da fundação da cidade do Salvador**. Salvador, Tipografia Beneditina, 1949.

de conhecimentos, saberes e práticas transmitidas entre gerações pela tradição, costumes e valores ancestrais (BRASIL, 2007).⁴

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um povoado é assim definido:

Aglomerado rural que corresponde a aglomerações sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral) e atividades agropecuárias terciárias (equipamentos e serviços) ou mesmo secundárias (industriais em geral), no próprio aglomerado ou fora dele (IBGE, 2000).⁵

Fui orientada a procurar por fontes que abordassem a história local, jornais, revistas, trabalhos acadêmicos e, numa visita à biblioteca pública da cidade, encontrei o trabalho do médico memorialista ituaçuense, Ordálvio Guimarães, intitulado Ituaçu: bandeirantes e sertanistas na Chapada Diamantina.⁶

O livro, em cuja apresentação o autor destaca seu empenho em elaborar um estudo da formação da cidade, a partir da presença dos bandeirantes no sertão brejo-grandense, aponta a emancipação do município datada em 1897, tendo suas primeiras edificações no ano de 1732, ocasião em que o bandeirante paulista André da Rocha Pinto desbravava os sertões nas expedições de conquista de territórios,⁷ entre 1720 e 1750. Iniciado o povoamento da localidade caracterizada pelas

⁴ BRASIL. Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em mar. 2021.

⁵ IBGE. **XI Recenseamento geral do Brasil**. Manual de delimitação dos setores do ano 2000. Vol. 22. Série Relatórios metodológicos. Rio de Janeiro. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9QwRWU1FIJ:biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0210.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 02 mar. 2021.

⁶ GUIMARÃES, Ordálvio Souza. **Ituaçu: bandeirantes e sertanistas na Chapada Diamantina**. Salvador, 2004.

⁷ Território é um conceito que comporta diferenciadas abordagens que dependem das concepções teórico–metodológicas de cada autor. Neste caso, o termo comporta a primeira concepção de Rogério Haesbaert (2001) que distingue território a partir de três variantes: jurídico-política, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal; cultural, produto de apropriação feito através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; econômica, produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho. In: HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001.

reservas de água, fertilidade dos solos, pastagens e minerais, o arraial do Brejo Grande recebeu os títulos sucessivos de distrito judiciário, freguesia religiosa, vila e cidade (GUIMARÃES, Op. Cit., 2004).

Embora situado nos limites do Sertão nordestino, a paisagem que daria origem ao município foi descrita, em 1888, pelo cronista e viajante Durval Vieira de Aguiar (1979)⁸ como sendo um grande vale contornado por dois afluentes do Rio Ourives, além de outros rios, rodeado por serras que se estendem até o Rio de Contas, densas matas atravessadas por riachos e muita fertilidade, com lavouras dedicadas a cereais, algum café, algodão, cana, fumo e muito arroz, uma pequena produção de açúcar, rapaduras e cachaça, tudo para o consumo local e de alguns vizinhos, dada a precariedade dos caminhos que impedia a exportação da produção. Descreve a criação de gado como sendo um forte ramo de negócio, a presença de minerais, algum ouro⁹ e diamante,¹⁰ salitre¹¹, além de feiras regulares e um expressivo comércio local.

O município de Ituaçu, conforme ilustra a figura 1 a seguir, está situado numa das sete mesorregiões do estado da Bahia, conforme divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vigente entre os anos de 1989 e 2017, então denominada de Centro-Sul baiano. Em 2017, foi criado um novo quadro regional brasileiro com novas divisões geográficas denominadas regiões geográficas intermediárias e imediatas. De acordo com este novo padrão, o município passou a se situar na região intermediária e imediata de Vitória da Conquista, ao lado de outros 29 municípios.

⁸ AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1979.

⁹ Albertina Vasconcelos (1998) analisa a história da mineração do ouro na Bahia do século XVIII e o processo de ocupação e incorporação do Sertão baiano à economia mercantilista. Cf. VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro**: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia, século XVIII. Dissertação de mestrado em História. 340 fls. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

¹⁰ Silva (1989) destaca que diamantes encontrados em Lavras (Chapada Diamantina) deram origem aos núcleos de Mucugê, Andaraí e Lençóis. Afirma que outros núcleos ligados à mineração surgiram “dispersos” na Chapada Diamantina sem a notoriedade dos demais.

¹¹ Matéria-prima para a fabricação de pólvora.



Figura 1 – Localização do município de Ituaçu, Bahia.¹²

No Sertão baiano, núcleos populacionais surgiram nos latifúndios improdutivos dos minoritários senhores, sesmeiros, fazendeiros, proprietários dos meios de produção, do prestígio e da dominação, em função das minas de ouro, das rotas de boiadas e das feiras semanais, ao longo do século XVIII, tendo a agricultura de subsistência como base. Tais núcleos evoluíram para vilas e cidades, cujo povoamento também se relaciona ao missionarismo jesuítico, aos ensinamentos e disciplinarização dos gentios. Aldeias ou aldeamentos se formaram ao longo das estradas de boiadas e ao longo dos rios, as quais deram origem aos municípios de Maracás, Condeúba, Caetité, Macaúbas, Ituaçu etc., enquanto outras possuíam “localização difusa”, conforme estudos de SILVA (1989, p. 83)¹³.

¹² Disponível em [Bahia Municip Ituacu - Ituacu – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bahia_Municip_Ituacu_-_Ituacu)

¹³ SILVA, Sylvio Carlos B. de Melo e. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador, UFBA, 1989.

A figura 2 situa o município de Ituaçu na Serra Geral ou Serra do Espinhaço, formação rochosa de parte do planalto baiano composta por terrenos elevados, cujo conjunto é denominado de Chapada Diamantina.



Figura 2 - Mapa do relevo da Bahia. Em destaque, o vale onde se situa o Brejo Grande.¹⁴

Na transição para o século XIX, Shwartz (1988)¹⁵ assinala a diversidade de tipos sociais que emergem naquela região sertaneja, uma população de trabalhadores livres composta por agregados (moradores, camaradas, sitiantes), parceiros (meeiros, quartos, sócios), volantes, jornaleiros, arrendatários (foreiros, locatários), posseiros e pequenos agricultores compondo um numeroso campesinato brasileiro de tipo familiar, mestiço, despossuído, flutuante, pobre e faminto.

A figura 3, a seguir, é um documento deixado pelo meu avô, no qual pude verificar que se trata de uma Declaração de Propriedade Territorial Rural destinada

¹⁴ Disponível em [Mapa de Relevo da Bahia \(bahia-turismo.com\)](http://Mapa de Relevo da Bahia (bahia-turismo.com)).

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do ano de 1971. No campo do formulário destinado à natureza da posse, consta a palavra “posseiro”, cuja propriedade encontra-se categorizada como “minifúndio”. Nesta ocasião pude relacionar a historiografia acessada por mim ao que já se configurava como o meu campo empírico, sobre o qual eu tenho grande familiaridade.

Figura 3 - Documento familiar. Imagem da autora.

Importante destacar que o mundo rural sempre esteve tracejando a minha formação, embora eu tenha nascido e vivido na cidade grande. Filha de pais e avós trabalhadores da terra, donos de pequenas unidades de produção, passei a minha infância visitando, anualmente, a Várzea, um lugar de profunda afetuosidade na presença dos familiares. Há lembranças vivas como as do meu avô, ex-tropeiro, dedilhando valsas antigas no seu violão, de olhos fechados, mãos e voz trêmulas, se esforçando para lembrar as canções que dizia ter aprendido com os companheiros de tropa, enquanto viajava transportando mercadorias.

Na lateral da velha casa, o curral que exalava o cheiro do esterco e o balanço de cordas (zanza) à sombra do imenso oitizeiro compunham as fantasias da infância, assim como os banhos de rio e as aventuras no mato à procura de umbu. A fumaça preta dos candeeiros a querosene, a dança das sombras nas paredes da casa, a calçada quente do sol onde nos deitávamos depois da janta, o silêncio entre as conversas dos adultos e o céu profundo eram experiências tão singulares e incomparáveis.

Os livros infantis da minha tia professora foram os primeiros que tive contato, assim como os discos de vinil do meu tio. Com ele, ouvi tocar Raul pela primeira vez. Na sala de poucos móveis, o porta-chapéus, o facão na bainha pendurado, a enxada e a foice sempre juntas, a capanga no prego, o quadro de time de futebol, o arreio, a cangalha e a sela do cavalo cheirando ao suor do bicho eram objetos sempre presentes.

As janelas largas pintadas a óleo ressequido pelo sol, o piso de ladrilhos com rejuntamento gasto, o carro de boi e o som agudo das rodas quando giravam no eixo de madeira teciam o despertar junto aos mugidos das reses já sendo ordenhadas. O cheiro dos lençóis lavados no rio e a areia fina que permanecia na trama do tecido sobre o colchão de palha de bananeira e a cama de molas asseguravam o conforto possível.

Meu avô sempre tinha nas mãos a taca (chicote de tira de couro) para afugentar moscas, o cachorro ou a meninada que tiravam o seu sossego. A bacia branca de esmalte no suporte, o sabão de coco para lavar o rosto e as mãos, os potes com água do rio para beber, as moringas de cerâmica, os copos brilhantes de alumínio, as galinhas bicando um farelo aqui e outro ali dentro da cozinha, as fotografias na parede de gente que já havia morrido formavam um cenário de verdades tão essenciais.

O terreiro da frente da casa riscado pela vassoura de malva feita a mão, o banheiro no quintal sempre habitado por sapos, o chuveiro que era uma engenhoca de água aquecida na chapa do fogão a lenha, o forno para assar bolos e avoador, os varais de arame farpado, o cheiro... Tudo era aroma e eu já devia ser madura para toda aquela poesia.

Fora do âmbito privado, são facilmente acessadas na minha memória as ocasiões das comemorações do mês de agosto com a festa da Gruta da Mangabeira e a multidão de peregrinos, fiéis, romeiros em paus de arara, mendigos, pedintes, comerciantes, retratistas que eu visualizava dos ombros do meu pai, as festas juninas, as fogueiras puladas, as casas visitadas para a apreciação de licores e assados, canjicas, mingaus, bolos, as visitas às tias e tios.

Esta descrição da minha experiência de vida expressa a familiaridade com o campo empírico, a qual me colocava diante da complexa categoria do “distanciamento”, e das condições de objetividade e sua importância para a composição do conhecimento científico. Não considero necessário me deter às já

superadas discussões epistemológicas acerca de premissas como neutralidade e imparcialidade, uma vez que, para o estudo etnográfico aqui proposto, estes aspectos parecem insustentáveis.

Carmem Lúcia Mattos (2011)¹⁶ define a etnografia como sendo uma especialidade da antropologia que se dedica, dentre outras coisas, ao conhecimento das manifestações materiais das atividades de um determinado povo, a “escrita do visível” (p. 54), descrição de práticas relativas à organização da vida humana atrelada à abordagem dialética e preocupada com a totalidade concreta.

A importância da historicidade e a descrição de fatos e acontecimentos que constituem a história do povoado da Várzea são necessárias para situá-los num panorama histórico geral, não apenas uma sequenciação e descrição cronológica de eventos, mas a busca das especificidades históricas da comunidade que participa de um todo maior e se constitui a cada momento.

A concepção dialética e materialista da história foi o método empregado em termos de perspectivas e metas, pois se funda no modo humano de produção social da existência, funcionando como mediador no processo de conhecimento da estruturação, desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. De acordo com Kosik (1976)¹⁷, esta concepção, ao permitir ir além da aparência externa dos fenômenos, ajuda a desvendar o mundo real e a essência dos acontecimentos, pois para abstrair a realidade e produzir conhecimento é fundamental partir da percepção do todo e do qual se pode isolar alguns aspectos para análise e, depois, voltar ao todo e decompor o fenômeno em partes. Para o autor, “A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (p. 20).

A análise crítica desta pesquisa se desdobra, portanto, sobre a prática social concreta dos sujeitos do povoado da Várzea voltada essencialmente para a experiência do trabalho na pequena propriedade rural dominante no município de Ituaçu, imersa numa contextualidade capitalista predominantemente conflituosa,

¹⁶ MATTOS, Carmem Lúcia G. de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia G. de e CASTRO, Paula A. (Orgs.) **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande, EDUEPB, 2011. Disponível em [mattos-9788578791902-03.pdf \(scielo.org\)](https://scielo.org/pdf/03.pdf). Acesso em jul. de 2022.

¹⁷ KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.

contraditória, “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 2008, p. 258).¹⁸ Nesta perspectiva, pode elaborar a seguinte problemática: como aqueles sujeitos produzem a existência através do trabalho na terra, se valendo dos recursos naturais disponíveis, em meio a uma realidade historicamente contraditória? Como a memória se relaciona àquelas práticas cotidianas que se reproduzem em alguma medida no transcorrer do tempo?

A pesquisa procura compreender a apropriação que fazem os sujeitos através de suas potencialidades e inventividades dos meios e recursos associados à natureza (a terra, as águas, as matas), através do trabalho, para a composição da própria vida. Tais experiências se estabelecem a partir de heranças transmitidas entre gerações pela tradição e por valores que acabam por influenciar as práticas e a produção da existência.

Com um aporte teórico voltado para as categorias trabalho, capitalismo, meio rural, o fenômeno da memória se vincula a estas abordagens, na medida em que a elaboração das trajetórias pessoais e coletivas pode estar orientada segundo valores, normas e experiências apreendidas ou vivenciadas em contextos familiares e sociais. Valendo-se da memória, o sujeito se reconhece no espaço social que o referencia e, através dela, podem emergir elementos indispensáveis para a elaboração de trajetórias e percursos individuais. Com base no conhecimento e saberes herdados, acumulados e socializados pelas tradições, a experiência do trabalho, na justaposição de vivências que constituem o tecido social, convive com regularidades, durações e permanências que sobrevivem às rupturas, direta ou indiretamente, e se apresenta de uma forma ou de outra.

O tópico 3 desta dissertação traz uma abordagem pormenorizada do fenômeno da memória tendo como fundamentos norteadores as teorias e

¹⁸ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

proposições de Halbwachs (2004; 2006)¹⁹, Le Goff (1996)²⁰, Nora (1993)²¹, Bergson (1999)²², dentre outros.

Os objetivos da pesquisa podem ser apresentados nos seguintes termos: conhecer a dinâmica histórica que dá conformidade à realidade material do trabalho, especificamente no povoado da Várzea; problematizar o cotidiano circunscrito ao trabalho do homem e da mulher que habitam o povoado da Várzea; analisar aspectos do trabalho, no cotidiano do povoado, relacionados a conhecimentos tradicionais conjugados aos usos dos recursos naturais disponíveis na produção dos meios de subsistência.

Para alcançar as respostas aos objetivos traçados, foi feita, no campo empírico, uma observação direta e presencial do povoado e, como instrumento de coleta de dados, foram realizados registros fotográficos de cenas do cotidiano, com atenção aos aspectos do trabalho, ao movimento dos que vão e vêm nos seus percursos, suas ferramentas, vestimentas, transporte, produções, atividades com a terra, com os rebanhos etc.

A observação da paisagem natural e socioeconômica da comunidade, do cotidiano do trabalho em suas variadas manifestações, buscando o movimento do trabalhador nas atividades com a terra e elementos que pareceram constituir padrões que conformam práticas laborais associadas à produção da vida, deu-se através de caminhadas percorrendo as vias principais e secundárias do povoado da Várzea, as picadas, as trilhas, o curso dos rios.

Os registros fotográficos, todos feitos por mim, são apresentados no tópico 4, recurso metodológico empregado para a captação das experiências cotidianas de sujeitos em processo de produção da vida material e constituição da própria existência, através do trabalho. Tais registros são analisados à luz do referencial que dá fundamento a esta pesquisa que, além das já citadas referências de apoio ao entendimento da memória, buscou apoio, especialmente, na sociologia de José de

¹⁹ HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona, Anthropos Editorial, 2004. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2006.

²⁰ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Ed. Unicamp, 1996.

²¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>.

²² BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Souza Martins e Maria Nazareth Wanderley e na historiografia de Jacob Gorender, Octavio Ianni e Caio Prado Jr.

Antes de encerrar este texto introdutório, necessário esclarecer o emprego de termos consideradas centrais nesta pesquisa. “Terra” não implica uma dimensão física, mas “espaço comum, ancestral, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente”, conforme (ANJOS, 2009).²³ Para complementar o conceito, insiro a noção de “roça”, a partir de Martins (1998)²⁴:

Na sua economia mercantil simples, a roça é um complemento da morada e do modo material de assegurar a existência da família. [...] A economia da roça está fundada nas indistinções próprias do mundo camponês e nas distinções tênues que ali podem ser encontradas na organização do modo de vida, como o íntimo e o comunitário” (p. 718).

A categoria trabalho a partir de um ponto de vista filosófico, de acordo com Kosik (Op. Cit., 1976), é uma problemática manifesta com notável culminância no pensamento de Hegel e Marx, a qual traz em seu bojo a indagação sobre “o que é o homem”, sendo a filosofia materialista a ontologia do homem. As análises sobre o que é o trabalho e quem é o homem, para o autor, implicam a investigação da realidade em todas as suas manifestações.

Mais que uma operação da gênese do homem, mais que um elemento mediador entre o homem e suas necessidades, o trabalho é concebido como a superação do instinto e a adaptação da natureza às exigências humanas. Ação objetiva ou prática que constitui a relação entre homem e natureza, o trabalho é uma dimensão essencial da existência humana, pois resulta das necessidades naturais para a existência, diferentemente do emprego, este como uma necessidade socialmente condicionada (Kosik, 1976).

²³ ANJOS, Rafael Sânzio A. dos. **Quilombos**: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília, Mapas Editora, 2009.

²⁴ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. e SCHWARCZ, Lília M. Col. **História da vida privada**. V. 4. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

Marx e Engels (1989)²⁵ esclarecem que a ação humana sobre a natureza é fator indispensável para a constituição do ser humano, pois ao controlar e regular seu intercâmbio com a natureza, o homem modifica a si próprio:

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (p. 19).

Na relação entre o ser e a natureza, ele se humaniza e se constrói como um ser social. O domínio sobre a natureza, intermediado por uma ação direcionada a um fim, a converte em uma utilidade social (MARX e ENGELS, 1989). Pelo trabalho, o homem desenvolve habilidades que permitem a vida em sociedade e, deste processo, resultam modificações também subjetivas que orientam a autoconsciência e a autodeterminação pela capacidade de concretizar escolhas e superar limites; o homem, além de objetos, produz relações, se autoproduz e cria novas formas de sociabilidade.

Ao criar objetos e relações, o homem se reconhece na sua produção, pois ela é previamente imaginada e isto confere ao trabalho uma ação objetiva e intencional. O trabalho assume um caráter teleológico, ação consciente com uma finalidade que gera valores de uso. Nas palavras dos autores,

o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade (MARX e ENGELS, 1989, p. 202).

Neste processo, a memória figura como sendo uma importante determinação da existência concreta do ser social, mobilizada pela mediação da consciência e da

²⁵ MARX, Karl e ENGELS, F. **O capital**. 13. ed. Livro 1. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.

intencionalidade, categoria ontológica do ser. As análises disponíveis acerca da relação trabalho e memória serão apresentadas no tópico 3 deste trabalho.

As transformações socioeconômicas do mundo ocidental, postas em movimento pela ascensão da burguesia e ruína da aristocracia, com a revolução industrial, deram início à racionalidade capitalista modernizante. Tem-se a ordem da acumulação desarticuladora da autoconsciência e da autodeterminação dos sujeitos, a qual passou a estabelecer uma relação social reificada, onde o homem foi reduzido ao nível da práxis utilitária e fragmentária, condenado ao estranhamento com relação a si e com os demais.

Martins (2010)²⁶ propõe uma instigante análise sobre o tema da modernidade e o considera próprio das sociedades ricas, especialmente europeias, cuja proposta está muito mais voltada para a administração das irracionalidades e contradições do capitalismo do que para a propagação do desenvolvimento econômico. Afirma: “A modernidade é este momento da história contemporânea em que a consigna não é acobertar as injustiças, a exploração, a degradação humana [...]. A modernidade é, num certo sentido, o reino do cinismo” (p. 19). Avalia que, na América Latina, o tema é circunscrito à ideia do moderno em oposição ao tradicional, que faz deste uma dimensão descartável, irrelevante, uma anomalia que só pode ser curada ascendendo aos degraus do progresso linear.

Esse “desencontro de ritmos e de possibilidades” (p. 38) instalado com as transformações socioeconômicas das sociedades ocidentais é considerado pelo autor como um momento contraditório da humanização, o qual institui uma acelerada entrada do avanço tecnológico, uma desproporcional acumulação de capital e uma miséria globalizada que se abate, sobretudo, sobre o homem que trabalha, coisificado nas suas relações. Marx (2004)²⁷ já apontava:

o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para os trabalhadores. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e o cretinismo para os trabalhadores (MARX, 2004, p. 161).

²⁶ MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2ª. Ed. São Paulo, Contexto, 2010.

²⁷ MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

A ausência do encontro homogeneizante das possibilidades reais de emancipação humana e convergência das sociedades dá o tom a teorias da modernidade que a enquadram em conceitos variados como pós-modernidade, alta modernidade, hipermodernidade, modernidade líquida, modernidade tardia. Não considero oportuna uma preocupação em destrinchar cada um desses conceitos, e avalio que, de fato, haja diferentes trajetórias históricas e socioculturais em todo o mundo.

No entanto, Schmidt (2007)²⁸ considera que a literatura a respeito das “múltiplas modernidades” pouco contribui para seu entendimento; se distancia das mais discutíveis perspectivas da teoria da modernização, e não oferece uma proposta alternativa. Ao contrário, o autor sugere que ela requer largamente uma noção implícita de modernidade, a qual, quando minuciosamente examinada, na verdade se revela surpreendentemente similar à que subjaz a muito do trabalho dos teóricos da modernização, sendo apenas mais diluída.

O trabalho relacionado à contextualidade moderna e ao mundo rural será apresentado no tópico seguinte desta dissertação.

Por fim, a concepção de lugar é assumida neste trabalho por suas intrínsecas relações com a memória, pois é nele que se manifestam as relações sociais e os interesses de grupos específicos, cujas configurações são constituídas em face das características socioculturais, incorporadas por sucessivas gerações.²⁹

²⁸ SCHMIDT, Volker H. Múltiplas modernidades ou variedades da modernidade? **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 28, p. 147-160, jun. 2007.

²⁹ Para uma análise da convergência entre as noções de local e território, cf. RODRIGUES, Maria Isabel Batista. **Notas sobre a categoria território**: considerações para pesquisas em povos e comunidades tradicionais, ago. 2022.

2 MUNDO AGRÁRIO E TRABALHO NO BRASIL: GÊNESE E INTERFACES

A questão social, com sua face mais dura e violenta, está sobretudo no campo.

José de Souza Martins³⁰

O capítulo se constitui enquanto uma descrição da construção histórica do Brasil tendo por base acontecimentos de ordem política e socioeconômica, tanto internos quanto externos. Para uma aproximação das raízes históricas de aspectos relacionados ao rural brasileiro, aborda os regimes de propriedade da terra e domínio fundiário estabelecidos com a conquista portuguesa. Traz, ainda, um estudo a partir da historiografia acerca da formação socioeconômica do campo brasileiro, partindo de uma totalidade que caracteriza o vínculo do camponês com a terra, o caráter produtivo da agricultura, aspectos formadores do mundo rural com suas especificidades e desafios.

2.1 A propriedade fundiária no Brasil e as formas do trabalho sob a dinâmica do capital

Tão logo reconhecida a “descoberta” de Pedro Álvares Cabral, partiu-se para a legitimação e legalização das propriedades de Portugal, juntamente com a Espanha, sobre as Américas como sendo patrimônio do Estado monárquico daquelas recentes nações europeias. Valendo-se do capital privado, Portugal recorreu a diferentes mecanismos que assegurassem a si a conquista e a propriedade das terras, o que era considerado por sua elite burguesa um grande empreendimento comercial de inspiração liberal.

Sem recursos financeiros e humanos que garantissem a exploração econômica das terras que passariam a dar origem ao Brasil, a administração portuguesa, inicialmente, lançou mão do sistema de feitorias, entre os anos de 1500 e 1530, e, depois, a concessão perpétua de lotes de terras a colonos portugueses em busca de riquezas. Como contrapartida, eram estabelecidos compromissos

³⁰ MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997.

expressos em cartas de doação e forais como o de povoar e aproveitar os terrenos e difundir a fé católica entre os nativos, cujas terras foram tornadas indisponíveis.

Sob o título de capitão-governador, homens portugueses eram munidos de privilégios, poderes políticos, econômicos e jurídicos que lhes permitiam avançar sobre o território, livres de tributos, e organizar estruturas para abastecer a metrópole de mercadorias.

Até a independência política, predominou no Brasil a prática administrativa portuguesa de doação de lotes de terras. As sesmarias eram terras ilimitadas doadas, por três séculos, pelos capitães a colonos brancos puros de sangue e católicos, particulares interessados em converter a terra em fator de produção. Estas doações foram responsáveis que o Brasil se constituísse como um Estado essencialmente latifundiário, concentrador de rendas e riquezas.

As dificuldades de acessar e permanecer no interior ou desinteresse geraram desistências de donatários e de seus herdeiros em tocarem seus empreendimentos. Muitas terras devolutas foram apropriadas ilegalmente sob o estímulo do regime de sesmarias, fato que, além de ajudar a consumir os latifúndios agrários como a essência da organização social e produtiva, colaborou para o avanço do latifúndio improdutivo sobre terras indígenas nos sertões da colônia, sob o signo do horror, com concessões e validações corrompidas aos proprietários de privilégios e poderes.

Apesar da demanda por terras com a expansão da mineração no interior da colônia brasileira, em meados do século XVIII, o governo português passou a limitar as áreas concedidas pelo corrupto sistema das sesmarias, o qual, do século XVI ao XIX, “esboçou, na América portuguesa, a ordem jurídico-política da colonização, estabelecendo critérios de repartição das terras, condições de posse e utilização da terra” (NUNES, 2003).³¹

A expansão da estrutura político-administrativa e jurídica metropolitana, através das bandeiras e entradas, além de consolidar as relações escravistas de produção, instituiu novas formas de sujeição entre diferentes grupos sociais. Com a decadência das minas espalhadas pelos sertões, em fins do século XVIII, contingentes de colonos pobres, mestiços e despossuídos, não absorvidos pela

³¹ NUNES, Eivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese de doutoramento em História. UFPE, 2003.

produção local, dispersaram-se. No caso da Bahia, herdeiros da imensa sesmaria conhecida como Casa da Ponte passaram a vender as terras sob seu domínio, nos sertões da Bahia e de Minas Gerais, e a transferirem para arrendatários pequenas e médias unidades de terras, ao lado de descontínuos latifúndios dedicados à pecuária intensiva e ao regime da meação, conforme análises de Nunes (Op. Cit., 2003).

Em meados do século XIX, o segundo império brasileiro ensaiou uma modernização da organização do Estado, no fluxo da conjuntura liberal reformista ibérica. Em 1850, começou a vigorar a Lei de Terras que, sem intervir na estrutura social dominante, instituía o direito de domínio da terra a quem tinha apenas a posse, além de estabelecer que quem se interessasse por um lote público ou devoluto deveria pagar por ele. A partir daí, tem-se a generalização do caráter de mercadoria da terra, que passava a assumir uma expressão monetária.

Esta decisão provocou dificuldades no acesso à propriedade da terra, sobretudo, aos trabalhadores livres e libertos, e, posteriormente, aos imigrantes que passariam a entrar massivamente no Brasil, restando àquelas categorias a submissão ao grande proprietário, combinando a produção direta dos seus meios de vida e de suas famílias com o trabalho na grande propriedade particular.

Ao longo dos séculos iniciais da colonização do território brasileiro, as práticas administrativas portuguesas das terras estiveram eminentemente marcadas pelo irrestrito direito de posse a parcelas exclusivas da elite colonial. Sob o Império, e ainda com a vigência da escravatura, o acesso às terras tornou-se difícil para a maioria da população pobre e livre, despossuída dos meios de produção.

Martins (Op. Cit., 1997) assim considera o panorama político e socioeconômico do Brasil, na segunda metade do século XIX, sob o efeito da Lei de Terras, às vésperas da abolição:

se acabasse a escravidão, as terras desocupadas do país, que eram extensas, ficariam disponíveis para a livre ocupação de quem as quisesse ocupar e nelas trabalhar. Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje. [...] O objetivo era criar uma massa real e verdadeira de despossuídos que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em

benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder (MARTINS, 1997, p. 67).

O autor considera que este monopólio de classe garantiu àqueles antigos camponeses uma “pobreza peculiar” (p. 69), na medida em que o colono produzia seus meios de vida e os de sua família na terra do fazendeiro, não passava fome e dispunha da possibilidade de moradia.³² O fim da concessão gratuita de terras pretendia que a classe de proprietários fosse impedida de desviar o homem livre da necessidade de vender sua força de trabalho a vil preço nos latifúndios.

Com a abolição da escravatura no Brasil, em maio de 1888, a elite fundiária, tanto do Nordeste quanto do Sudeste, mesmo tendo conseguido que o processo fosse lento e gradual com as leis Eusébio de Queirós (1850), Ventre Livre (1871) e Sexagenários (1885), questionava sobre o abastecimento de mão de obra nos seus domínios, uma vez que a força de produção disponível não seria capaz de suprir as novas demandas agrícolas que começavam a despontar com o café, por exemplo. Ressalta-se que, mesmo com o fim do tráfico atlântico, latifundiários dos sertões venderam escravizados para as áreas de cultivo do grão até então concentradas no Sudeste.³³

Foi nesta contextualidade que o imigrante passou a figurar na história social e econômica brasileira. Promovida após a extinção da escravidão, a imigração de europeus para o Brasil pouco repercutiu sobre a dinâmica socioeconômica do Sertão brasileiro.

Num plano global, a colonização de povoamento sofrida pelo Brasil, considerada por Prado Jr.³⁴ como o principal fator do atraso brasileiro, em relação aos Estados Unidos, é também identificada como sendo “colonização de exploração mercantil”, fase da revolução capitalista seguida pela formação do Estado-nação e pela revolução industrial, na conjuntura liberal europeia. O capitalismo mercantil posto em prática pela burguesia comercial metropolitana coligada à Coroa portuguesa, conduzido pela associação do latifúndio autossuficiente, trabalho

³² Ianni (2004, p. 25) faz uma interessante análise do colonato, forma de trabalho livre sobre a qual se apoiou a cafeicultura e a indústria da cana de açúcar no Brasil. Cf. IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

³³ Adiante, será abordada a inserção do café na Bahia e os impactos sobre a mão de obra local, com o governo militar.

³⁴ PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 26ª. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.

escravo e ausência de um mercado interno, fez com que o Brasil ingressasse no século XIX sem as condições estruturais propícias para uma revolução capitalista.

Sem a ideia de expansão da produtividade, o colono português de mentalidade mercantilista não poderia supor que “a renda que Portugal extraiu do Brasil acabou por ser causa da decadência portuguesa” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 38)³⁵, também uma nação sem diversidade econômica e sem industrialização. Ao mesmo tempo, Inglaterra e França realizavam sua revolução industrial capitalista acompanhada do surgimento da mais-valia como forma de apropriação do excedente econômico, por meio da troca de mercadorias com valor equivalente. O Brasil do Império e da Primeira República brasileira se mantiveram dependentes dessas nações desenvolvidas na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento.

Gorender (2013)³⁶, ao explicar a gênese do capitalismo no campo brasileiro e a forma de trabalho desenvolvida, afirma que um estabelecimento mercantil especializado denominado por ele de plantagem (um neologismo a partir de plantation) dominou a formação social do Brasil pós-abolicionista. Conforme o autor, não havendo mais a necessidade da compra de mão de obra, a propriedade escrava deixava de ser fundamental para o domínio econômico, o qual passava a estar relacionado ao domínio da terra.

O autor considera que houve uma “desacumulação” de capital no Brasil com o escravismo colonial (GORENDER, 1978)³⁷ em função dos altos gastos com a aquisição de escravos, ao contrário do que aconteceu na base do feudalismo europeu. Isso implicou que a remuneração inteiramente monetarizada ou salarial da mão de obra agrícola fosse impraticável, porque também não havia a disponibilidade de um exército industrial de reserva no campo, e o aumento da demanda da força de trabalho acabaria por elevar os salários e frear as novas possibilidades de rendas ao senhorio.

A saída encontrada pela elite fundiária foi a concessão de lotes de terras ou o direito de cultivo de gêneros de subsistência, de modo a fixar, após a abolição da

³⁵ BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo, Editora 34, 2015, p. 38.

³⁶ GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

³⁷ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Ática, 1978.

escravatura, os trabalhadores com suas famílias dentro das fazendas e tê-los garantidos ali para a geração da renda da terra - e não do lucro do capital agrário.

Estas “formas camponesas dependentes” se desenvolveram, segundo Gorender (Op. Cit., 2013, p. 32), tanto na plantagem canavieira do Nordeste, quanto na cafeeira de São Paulo. Em ambas as regiões, foi verificado um modo plantacionista latifundiário apoiado naquelas formas camponesas, sob um desenvolvimento capitalista incipiente. O autor afirma ainda que houve no campo brasileiro duas linhas de desenvolvimento, uma inevitável dualidade: o latifúndio transformado em empresa capitalista *versus* a pequena exploração camponesa-familiar independente, de economia natural, composta por sitiantes, posseiros, arrendatários, parceiros etc.

Na Europa e nos Estados Unidos, o processo de desenvolvimento do capitalismo se deu a partir do incremento do comércio internacional, viabilizado pela industrialização e aperfeiçoamento técnico e pela organização das atividades mercantis e financeiras daquelas nações. No Brasil, para alargar suas bases comerciais, a renda da terra passaria a dar lugar ao lucro do capital, por estímulo de uma lógica liberal econômica. O liberalismo oligárquico veio suplantar o mercantilismo patriarcal colonial, no final do século XIX, com a independência do Brasil. Atrasado e subdesenvolvido, incapaz de dar impulso ao desenvolvimento industrial, o Estado brasileiro nasceu dependente de uma oligarquia agrário-exportadora conservadora e anti-industrializante.

Prado Jr. (Op. Cit., 1976) ressalta a formação de grandes aglomerados urbanos e industriais como um forte elemento para a constituição da pequena propriedade no Brasil. Estas propriedades, com produção diversificada, especializada, trabalhosa e com baixa margem de lucros, associadas cada vez mais aos mercados urbanos, seriam as responsáveis pelo abastecimento alimentar daqueles aglomerados, incompatíveis com a grande produção extensiva e monocultora da empresa rural capitalista. Neste sentido, afirma o autor:

esse tipo de estrutura agrária se mostra habilitado para atender a finalidades em frente às quais o grande domínio comercial se tem mostrado incapaz, e assim é efetivamente. A saber, a produção da maior parte dos gêneros necessários à subsistência alimentar da população. Nesse terreno, a pequena propriedade já representa na economia brasileira um grande papel. A maior parte dos gêneros de subsistência consumidos no país (em particular nos centros urbanos)

produz-se nela. Enquanto a grande propriedade continuou e continua, indefinidamente, a se dedicar às grandes e extensivas culturas tropicais de que não pode senão excepcionalmente se livrar, a pequena tomou a seu cargo a mais substancial parte do abastecimento alimentar da população brasileira (PRADO JR., Op. Cit., 1976, p. 252).

No Norte e no Nordeste brasileiros, a tarefa de conduzir o desenvolvimento da pequena exploração camponesa, de bases modestas, cerceadas pelos latifúndios, em regiões de terras inferiores ou dilapidadas pela produção extensiva, desfavorecida pela ausência de políticas estatais, coube aos trabalhadores sem requisitos mínimos necessários, sem recursos, sem apoio, presas fáceis da especulação e da exploração. Para Prado Jr. (Op. Cit., 1976), este é um importante aspecto da questão agrária no Brasil.

A partir de 1889, a sociedade camponesa brasileira subsistiu perifericamente numa sociedade de classes que manteve de forma hegemônica o caráter latifundiário da apropriação da terra, prosseguindo a marginalização política e social das comunidades gestadas pelo colonialismo eurocêntrico.

2.2 Modernização tardia e conservadora: contradições no campo brasileiro do século XX

Para a socióloga Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009)³⁸, o processo de modernização que passou a agricultura brasileira é um paradoxo: feita com base na propriedade da terra e no predomínio do proprietário sobre o produtor, traz em sua essência elementos comprometedores da própria modernização.

A autora aponta o Estatuto da Terra, de 1964, como um instrumento normatizador da intervenção do Estado sobre a estrutura fundiária do país e o desenvolvimento agrícola, cujo texto, apesar de também definir políticas para o desenvolvimento do campo, representa um pacto de apoio à grande propriedade agrícola. Sem negar a importância e a dimensão do processo de modernização que firmou um novo padrão técnico na forma de produzir, a autora considera que a não

³⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2009.

resolução das contradições geradas pela propriedade da terra continua a produzir efeitos contrários ao próprio processo modernizante da nossa questão fundiária.

Para ilustrar sua proposição, a autora trabalha com o aspecto “propriedade da terra” como sendo uma exigência das instâncias públicas para a distribuição dos recursos disponíveis para a agricultura, e isto implica em que a propriedade continue a ser o principal elemento de uma “modernização conservadora” (p. 57) amparada em pesados custos sociais e dependente do amparo do Estado.

Ianni (2004)³⁹, ao analisar as relações de produção e as metamorfoses do trabalho agrícola, no Brasil, divide este processo em três períodos que começa com o escravo, passa pelo lavrador e culmina com o operário rural. Para uma contextualização histórica, o autor assinala que foi com a Grande Depressão de 1929-33, com a Segunda Guerra e com a Revolução de 1930, que o mundo e a sociedade brasileira assistiram à transição para um sistema econômico predominantemente industrial. No caso brasileiro, a burguesia agrária e o estado oligárquico perderam em grande medida o controle do poder político para setores urbanos e a economia industrial passou a governar a reprodução do capital, a partir de meados do século XX. Foi pela ideologia desenvolvimentista que a burguesia industrial associada ao Estado populista procurou formas de superar a tradicional hegemonia agrária do mundo rural brasileiro.

A despeito da indústria e o meio urbano terem suplantado econômica e politicamente o setor agrícola e o campo, houve uma tendência de desenvolvimento das relações de complementaridade e interdependência no âmbito das forças produtivas, conforme Ianni (Op. Cit., 2004).⁴⁰ E um dos principais elos dessa relação dialética foi o trabalhador agrícola, importante frisar, elemento mais fraco do sistema produtivo que viu e sentiu as modificações nas condições de organização e compreensão dos próprios modos de vida.

Como se pode descrever esse trabalhador? Trata-se do capataz, do colono, do morador, arrendatário, agregado, indígena, posseiro, caboclo, sitiante, meeiro, parceiro, empreiteiro, rendeiro, peão, camarada, volante, tratorista, assalariado, vinculados ideologicamente à fazenda, à terra, aos meios de produção, ao dono da

³⁹ IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

⁴⁰ Wanderley (Op. Cit., 2009) também propõe a interpretação de que entre campo e cidade há uma relação de complementaridade e integração e a superação de uma convicção que o mundo rural não pode ser compreendido de forma isolada e antagônica com relação ao urbano. Esta discussão será retomada na parte 4 desta dissertação.

propriedade, aos outros trabalhadores e suas famílias, a um senso comunitário, cujas relações eram carregadas de significados e valores específicos de uma organização social da vida. Nas palavras de Ianni (Op. Cit., 2004):

Nesse ambiente, predominam as relações face a face, características dos grupos primários. Por isso é que o fazendeiro pode ser compadre do lavrador. O reino do valor de uso, isto é, as relações de produção não são postas em termos da economia de mercado, de dinheiro. A despeito de produzir para o mercado e ser alienado de boa parte do produto do seu trabalho, o lavrador não dispõe das condições sociais e culturais para a compreensão da sua situação real. É apenas uma classe econômica, subalterna; vive na condição de uma classe-em-si (sic) (p. 130).

A expansão do capitalismo industrial no Brasil correu paralela com as severas consequências sobre a agricultura, a pecuária, o extrativismo, o artesanato rural e tudo foi transformado em “indústria”. As categorias de trabalhadores do campo foram praticamente todas submetidas aos movimentos do capital industrial e comercial, postas e repostas no circuito da lógica de acumulação capitalista. Esta sujeição se materializou na transformação desses trabalhadores à condição de contingentes de mão de obra para a indústria, comércio e transportes e outras atividades na cidade (e no próprio campo), vendendo sua força de trabalho por tarefa, empreita, dia, semana ou mês, além de serem utilizados como um exército na ocupação das áreas de expansão das fronteiras do capitalismo, como na Amazônia e Centro-Oeste (IANNI, Op. Cit., 2004).

Soma-se a isto a já referida imposição sobre o campo do suprimento das necessidades das massas urbanas de alimentos e de matérias-primas, de modo a viabilizar o processo de acumulação da empresa capitalista industrial.

Sobre estas variadas categorias de trabalhadores rurais, Ianni (Op. Cit., 2004) esclarece que elas indicam uma determinada posição na estrutura da economia agrária e exprimem

formas distintas de produtividade de trabalho ou graus diversos de apropriação do produto do trabalho. Encontram-se distribuídos de forma desigual pelo território brasileiro. Condensam-se em certas áreas diferentemente de outras. Nesse sentido, revelam estágios diversos da estrutura econômico-social capitalista (p. 104).

Além de todas as transformações estruturais que sofreram a agricultura e o campo, como o desenvolvimento das forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho, planejamento estatal) e a dinamização das relações capitalistas de produção, Ianni (Op. Cit., 2004) destaca a eliminação ou redução das fronteiras e diferenças locais e regionais. Com isto, verificou-se a propagação da urbanização pelo campo, através do intercâmbio de mercadorias, de pessoas, valores e padrões de bases urbanas e industriais alcançando a sociabilidade rural.

Às formas de apropriação da paisagem social, econômica e política agrária pelo capital, acrescenta-se sua transformação em mercado de produtos industriais: o trabalhador rural passava a ser consumidor de vestuário, de remédios, de eletrodomésticos, de suplementos para a sua produção e manutenção da vida. Diferentes dimensões da vida social do trabalhador rural passaram a estar amplamente determinadas pela vida do capital.

A expansão do capital não apenas industrial, mas também financeiro e monopolista, sobre o campo brasileiro manteve-se atrelada à repetição de desigualdades e desequilíbrios regionais, cuja “integração estrutural entre o subdesenvolvimento do Nordeste, o vazio econômico e demográfico da Amazônia, a acentuada acumulação em São Paulo e a ditadura do capital presente nas políticas estatais” (IANNI, Op. Cit., 2004, p. 171), foram circunstâncias benéficas ao fluxo das mercadorias, das pessoas e das ideias e, portanto, do mercado nacional.

A “fome de braços” de que fala Martins (Op. Cit., 1997, p. 50) possibilitou ao trabalhador agrícola combinar a produção dos seus meios de vida e de sua família com o trabalho na grande lavoura dos fazendeiros, até que a futura hegemonia do capital industrial passasse a suplantá-lo ou conviver com o setor agrícola. A partir de uma relação dialética entre ambos os sistemas de produção, verifica-se, primeiramente, a expulsão de parte dos trabalhadores da terra e, concomitantemente, a transfiguração de parte desses trabalhadores em proletários, subproletários, livres-remunerados-consumidores, alienados dos meios de produção, principalmente a terra.

Oliveira (2013),⁴¹ ao analisar o processo de desenvolvimento do capital no campo, verifica que não há uma expansão do trabalho assalariado por toda parte, de

⁴¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

modo a eliminar o trabalho familiar camponês. O autor parte de dados comparativos, entre os anos de 1975 e 1985, a partir dos quais pode elaborar a tese:

Não há uma lei absoluta que revele apenas a expansão das relações de trabalho assalariado, mas, igual e contraditoriamente, a expansão de outras relações de trabalho não capitalistas, a parceria, por exemplo (OLIVEIRA, 2013, p. 76).

Tem-se o desenvolvimento capitalista movido por suas próprias contradições. O autor traz, ainda, uma interessante análise acerca deste processo desigual que, na medida em que amplia o trabalho assalariado no campo, amplia o domínio do trabalho familiar camponês. Em suas palavras:

Nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra campesina, mas sim o capital, talvez mais sabiamente, que expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses também terem terra para continuar camponeses. Na maioria dos casos, são os filhos que se proletarizam, ou seja, a proletarização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas seguramente a maior parte dela. Essa distinção dos processos atuantes é fundamental para o entendimento geral do país (p. 78).

Para ilustrar o avanço do capitalismo nas áreas rurais, a nível regional, tem-se o exemplo da cidade de Vitória da Conquista. Até a década de 1960, a maior parcela da zona rural do município era ocupada por pastagens, pela agricultura de subsistência e pelo cultivo da mandioca e da mamona, embora a população amargasse os rigorosos efeitos das secas características das áreas abrangidas pelo Polígono das Secas.⁴²

Conforme análise de Santos (1987),⁴³ a baixa produção agrícola apresentada pelos estados de São Paulo e Paraná foi fortemente determinada pela crise mundial

⁴² O Polígono das Secas, segundo a Resolução nº 11.135, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, corresponde a 1.348 municípios distribuídos entre os Estados do Piauí (214), Ceará (180), Rio Grande do Norte (161), Paraíba (223), Pernambuco (145), Alagoas (51), Sergipe (32), Bahia (256) e Minas Gerais (86) (BRASIL, 2005). A Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965, incluiu o município de Vitória da Conquista no Polígono das Secas.

⁴³ SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura**: as transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do

de 1929 e pela acentuada diminuição da procura pelo café. Para o desenvolvimento da política econômica cafeeira e descentralização do cultivo no país, o governo Vargas criou, em 1930, o Conselho Nacional do Café, substituído, em 1932, pelo Departamento Nacional do Café - expressão da federalização da política cafeeira no Brasil – e a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Esta conduta política é analisada pelo autor como sendo orientada para os interesses e objetivos de grupos e empresas produtoras do café que, em busca de novas áreas de cultivo, instalaram-se, principalmente, em Minas Gerais e Bahia.

Em 1971, o Estado militar brasileiro para incentivar o investimento no campo e assim garantir o avanço do capitalismo nas áreas rurais, criou o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), aponta Oliveira (1984).⁴⁴ O processo de extensão do plantio do café, na Bahia, iniciou-se pelo Planalto da Conquista, onde concentrou, ininterruptamente, entre os anos agrícolas de 1972 e 1976, mais de 60% do plantio do Estado; em 1981, a Bahia ocupava o quinto lugar entre os estados produtores nacionais de café.

De acordo com as análises do autor, a introdução acelerada do café nos municípios da Chapada Diamantina - isto inclui Ituaçu e Barra da Estiva - e no Planalto conquistense, esteve longe de representar a destruição da pequena produção situada próxima das grandes áreas produtoras, o que implicou em uma grande massa de força de trabalho de pequenos produtores independentes arregimentada nos períodos das colheitas.

Essa expansão na Bahia estabeleceu-se, ora pela violenta expulsão e grilagem das pequenas propriedades, ora pacificamente, com a compra da propriedade, causando, até mesmo, o desaparecimento de categorias econômicas como o agregado e o meeiro, conforme o autor. As pequenas unidades de produção familiar pré-existentes ao PRRC eram tanto de famílias que possuíam legalmente a terra quanto de famílias assentadas em terras alheias, como os arrendatários, meeiros, agregados e alguns casos de posseiros.

Choça – Bahia. Dissertação de mestrado. 155 fls. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 1987.

⁴⁴ OLIVEIRA, José Valdo de. Aspectos econômicos e sociais da cultura do café na Bahia. *In: Princípios* – revista teórica, política e de informação. Ed. Anita Garibaldi, n. 9, out. 1984.

Acrescenta que a lógica do crescimento da produção local do café estabeleceu mecanismos de criação e ampliação de um exército de reserva constituído por:

a) trabalhadores assalariados, maioria de ex-pequenos proprietários que venderam suas terras e, despojados dos meios de produção, fixaram-se nas periferias de Vitória da Conquista e Barra do Choça;

b) pequenos produtores dedicados à pequena agricultura do entorno, recuperados temporariamente para as colheitas;

c) migrantes sazonais originários de áreas mais distantes, inclusive de outros estados, atraídos principalmente pela colheita (OLIVEIRA, Op. Cit., 1984).

A valorização dos preços das terras tornou sua aquisição ou manutenção pela maioria dos agricultores quase impossível. Pessoas que se ocupavam da produção familiar e de subsistência foram deixando de produzir para si e passando a trabalhar para o fazendeiro do café ou migrando para centros urbanos maiores. As condições climáticas da Bahia, ao determinarem uma maturação desuniforme do fruto, exigiam o emprego da técnica da cata do café ou colheita a dedo, pressionando a incorporação de maior contingente de mão de obra na lavoura. A remuneração usual dava ao trabalhador o necessário a uma sobrevivência miserável.⁴⁵

É possível verificar que a mesma lógica excludente se perpetua nos quadros sociais brasileiros desde a implantação do capitalismo mercantil, desdobrando-se conforme as conveniências da reprodução do lucro. No Sertão da Bahia, o fomento e a ampliação dos fluxos migratórios, a expropriação dos meios de produção dos pequenos proprietários, contribuíram para que o trabalho temporário constituísse a relação de trabalho dominante, mais viável ao atendimento dos interesses do capital cafeeiro.

Neste cenário dominado pela dinâmica do aumento da concentração fundiária, rápida expansão da fronteira agrícola e aceleração do processo de urbanização da população rural, Silva (1998)⁴⁶ destaca-se o setor da pequena propriedade familiar. Os tipos de organização social e técnicas do sistema produtivo

⁴⁵ O assalariamento temporário, o descompromisso com os mínimos direitos sociais, a redução das despesas da produção a qualquer custo justificaram as 31 reivindicações que os catadores de café de Vitória da Conquista e Barra do Choça apresentaram no movimento grevista de 1980, tendo sido vitorioso com o ganho de causa, na Justiça do Trabalho, de boa parte das exigências do assalariado agrícola (OLIVEIRA, Op. Cit., 1984).

⁴⁶ SILVA, José Graziano da. **O que é a questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1998.

da economia rural são a expressão de que as transformações profundas nem sempre implicam na homogeneização das relações de produção nem das forças produtivas.

Conforme Ianni (Op. Cit., 2004), neste processo, distintas modalidades de organização da produção passaram a se relacionar: latifúndio, pequenas unidades camponesas, unidades familiares produtoras de mercadorias e empresa rural capitalista.

As figuras 4 e 5 a seguir ilustram esta dinâmica. Trata-se de documento familiar em que é feita a Declaração para Cadastro de Parceria ou Arrendamento Rural ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1972. O proprietário declara, dentre outras coisas, que estabelece um contrato escrito de parceria, por tempo determinado, para o cultivo de arroz em 5,5 hectares, com participação da mão de obra de três membros da família, cuja produção destina-se ao consumo e ao comércio local. Declara, ainda, nos tópicos do campo “Informações sobre nível técnico” que não usa máquinas, não usa defensivos, não conta com sementes ou mudas selecionadas, usa implementos à tração animal, não usa energia elétrica, não recebe assistência técnica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL
RECADASTRAMENTO-72
DPA

DECLARAÇÃO PARA
CADASTRO DE
PARCEIRO
OU
ARRENDATÁRIO RURAL

PARA USO DO INCRA

PARC. LAB. 02

1

2

3

03

1

2

NÚMERO DO IMÓVEL

04

351100903280

TIPO DE CONTRATO AGRÁRIO

PARCERIA SUB-PARCERIA ARRENDAMENTO

PARA USO DO INCRA

Figura 4 - Documento familiar. Imagem da autora.

90 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PARCEIRO OU ARRENDATÁRIO			
53	TOTAL DE IMÓVEIS RURAIS QUE POSSUI NO PAÍS, NO TODO OU EM PARTE.		
54	NÚMERO DE SUB-PARCEIROS OU SUB-ARRENDATÁRIOS.		
55	NÚMERO DE ASSALHADOS PERMANENTES DO PARCEIRO OU ARRENDATÁRIO.		
56	TIPO DE PARCERIA OU ARRENDAMENTO.	1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	
57	PRODUTO PRINCIPAL DA PARCERIA OU ARRENDAMENTO. NOME DO PRODUTO	ARROZ	58 CÓDIGO 74
59	A PARTIR DE QUE ANO É PARCEIRO OU ARRENDATÁRIO NESTE IMÓVEL.	1968	60 O PARCEIRO OU ARRENDATÁRIO TEM CONTRATO ESCRITO? 1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/>
61	O CONTRATO TEM PRAZO?	1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/>	62 PRAZO DO CONTRATO EM ANOS 6
63	DATA DO FIM DO CONTRATO	05 04 1974	
64	O PARCEIRO OU ARRENDATÁRIO TEM FAMÍLIA RESIDUO NA ÁREA DESTA IMÓVEL?	1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/>	
65	NÚMERO TOTAL DE PESSOAS DA FAMÍLIA DO PARCEIRO OU ARRENDATÁRIO QUE TRABALHAM NA ÁREA DESTA IMÓVEL.	3	

Figura 5 - Documento familiar. Imagem da autora.

É, portanto, a manutenção da pequena propriedade rural, constituída por posseiros, parceiros ou arrendatários, voltada para a subsistência, cujo excedente de produção do autoconsumo familiar é vendido nas feiras locais, que emerge da transformação da agricultura em empreendimento totalmente capitalista, aspecto que interessa às análises desta pesquisa.

Na Lei federal brasileira 4.504 de 1964⁴⁷, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola, denominada Estatuto da Terra, define, em seus incisos I e II, constam:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e

⁴⁷ Disponível em [L4504 \(planalto.gov.br\)](http://L4504(planalto.gov.br)). Acesso em ago. 2022.

econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993⁴⁸, que regulamenta os dispositivos constitucionais da reforma agrária, a pequena propriedade rural é considerada o imóvel rural cuja área tem até 4 módulos fiscais (Art. 4º.). A concepção de módulo fiscal foi instituída para cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR), sendo que cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fixar a sua dimensão, a qual varia de 5 a 110 hectares, a depender da área total do município. Minifúndio, por sua vez, é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, conforme a mesma lei.

2.3 Novas configurações e velhas tendências, às vésperas do século XXI

A clássica divisão do século XX realizada pelo historiador inglês Eric Hobsbawm apresenta três períodos: de 1914 a 1945, a chamada Era da Catástrofe, devido às duas grandes guerras mundiais; de 1945 a 1973, denominada Era de Ouro do Capitalismo; e de 1973 a 1989, período em que houve o predomínio da recessão e da estagnação na economia mundial (HOBBSAWN, 2001).⁴⁹

De fato, a crise do comércio internacional e a inflação crônica associadas ao baixo crescimento da economia, são as manifestações mais latentes na passagem dos anos 1980 para a década de 1990. Marcada pelas reformas neoliberais, pela intensificação das práticas de ajuste neoliberal nas empresas e abertura comercial, essa década foi responsável por importantes mudanças no mercado de trabalho latino-americano.

A vitória de Fernando Collor de Melo (1990-1992), em 1989, explicitou, dentre outros fatores, uma alteração no cenário da luta de classes no Brasil, que assistiu à derrota do candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, abrindo espaço para o avanço do receituário neoliberal e suas políticas de impulso à reestruturação capitalista, nos anos 1990.

⁴⁸ Disponível em [L8629 \(planalto.gov.br\)](http://L8629(planalto.gov.br)). Acesso em jul. de 2022.

⁴⁹ HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 1ª. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

Para Pochmann (1998)⁵⁰, o cenário foi marcado pela instalação do desemprego disfarçado, com setores envolvidos em atividades temporárias, sem regime de trabalho, sem reconhecimento legal, em condições precárias de subempregados.

Esse conjunto de transformações reconfigurou o mercado de trabalho brasileiro acentuando os seus elementos mais precários, enquanto o governo federal, particularmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, empreendeu ampla desregulamentação da relação capital trabalho.

A década de 1990 foi inaugurada, conforme Vera da Silva Telles (2001)⁵¹, com a promessa de redenção para os dramas da sociedade brasileira e se encerrou encenando aos olhos de todos o “espetáculo da pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana” (p. 15). Para a autora, essa pobreza emerge dos lugares onde sempre esteve: do mercado de trabalho, da economia informal, do mundo rural do Nordeste com sua herança oligárquica, da lógica que organizou a entrada do Brasil no mundo moderno capitalista.

O empobrecimento geral dos trabalhadores, a deterioração dos salários, o desemprego em larga escala, o subemprego e a informalidade dão o tom ao debate em uma sociedade que se (re)moderniza orientada para o mercado externo, pela reestruturação industrial, abertura comercial, privatização etc.

2.4 Uma travessia inconclusa rumo a uma modernidade social

A pobreza, a degradação, a desumanização que caracteriza a biografia do trabalhador rural, com seu protagonismo oculto numa história repleta de contradições, são a expressão de que a racionalização do lucro orquestrada pelas elites nacionais e pelo Estado brasileiro se constituiu com base em fases de modernização econômica (do mercantilismo ao monopolismo) distanciada do desenvolvimento e da emancipação das relações sociais.

Sobre o trabalhador, homem comum e impotente, pesa o permanente desafio de superações e encontros de possibilidades. O abismo que aparta as raízes do

⁵⁰ POCHMANN, Marcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de. (Org.) **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas, UNICAMP, 1998.

⁵¹ TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. 1ª. Ed. São Paulo, USP, Curso de pós-graduação em Sociologia, Ed. 34, 2001.

mundo rural da nova ordem burguesa, desde o século XVI, relega o mundo rural do Sertão a um desencontro de tempos históricos.

Eagleton (2019)⁵², na tentativa de questionar a importância da ideologia nas sociedades capitalistas, lança algumas problematizações. A lógica material, o domínio do utilitário e da tecnologia apagam a significação da vida social subordinando o valor de uso ao vazio do valor de troca, ou seja, o consumismo afasta o sujeito da consciência refletida e os significantes prevalecem sobre os significados, o que gera sérios desdobramentos. A ausência de significados acaba por deixar os sujeitos apáticos e dóceis, reduzidos ao olho que vê e ao estomago que devora, desprovidos de uma subjetividade. Afinal, sujeitos depauperados, abatidos e esgotados não precisam de significados, e a política torna-se uma questão mais de gerenciamento técnico e manipulação do que de doutrinação, ou seja, mais forma que conteúdo (p. 45).

Martins (Op. Cit, 2010) ilustra essa tendência verificada na cotidianidade da zona rural, aonde chegam os signos da modernidade, mas não chegam os significados. A força das formas (LEFEBVRE apud MARTINS, 2010.) ou a autonomia e força das ideologias e das instituições, assegurada pelo desenvolvimento do capitalismo e da economia de mercado, define um modo de vida típico das zonas rurais.

Nesse sentido, o consumo de mercadorias pelo trabalhador se constitui como algo estranho ao seu modo de vida, que o faz parecer moderno, mais do que ser moderno. “A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista. Está mais no âmbito do ser visto do que do viver. [...] A máscara é a identidade superficial e fenomênica própria da modernidade” (MARTINS, Op. Cit., 2010, p. 33).

Esta lógica cultural capaz de “conciliar o antagônico como forma de resistir à inovação” (p. 41) é considerada pelo autor como sendo uma inventividade, criatividade e autenticidade na incorporação do moderno ao cotidiano. Essa modernidade se constitui com base em referenciais tradicionais e, portanto, “Não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser”, esclarece (p. 44).

⁵² EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. 2ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

Retomando Eagleton (Op. Cit., 2019): “Nenhuma vida individual pode sobreviver inteiramente desprovida de significado, e uma sociedade que tomasse esse caminho niilista estaria simplesmente alimentando a ruptura social em massa” (p. 46). Segundo o filósofo, qualquer ordem dominante deve “atirar” a seus subordinados significado suficiente para se manter; e se a lógica do sistema é esgotar reservas de significação social, então, com o passar do tempo, isso será péssimo para a ordem governante.

O capitalismo, portanto, oscila entre o significado e o não-significado, impelido por esta embaraçosa discrepância que Martins (Op. Cit., 2010) denomina ambiguidade, duplicidade e descontinuidade, que invadem o cotidiano e permitem ao homem e à mulher comuns a possibilidade de criar e recriar a si mesmo, inventar, ousar e criar a própria história. É nesta perspectiva que estão ancorados os objetivos deste estudo.

3 O FENÔMENO DA MEMÓRIA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Para uma aproximação com o tema da memória, recorreremos inicialmente a Jacques Le Goff (1996), o historiador que analisa a construção e a reconstrução do passado pela humanidade e o lugar que este ocupa nas sociedades. O gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado, que ele denomina de mentalidade histórica de uma época, conheceu profundo alargamento com o advento da *media* moderna (rádio, televisão, cinema, imprensa). Tais meios abriram caminho para uma farta produção do imaginário e potentes expressões da realidade histórica e das maneiras de reagir frente ao passado. O autor, diante do debate acerca das fontes, considera que esta “história indireta” (p. 26), assim como a memória, constitui-se como um “nível elementar de elaboração histórica” (p. 27) que marca um dos maiores progressos da produção histórica contemporânea.

O historiador cita Pierre Janet para quem o comportamento narrativo sobre um acontecimento, valendo-se da linguagem, caracteriza a capacidade humana de armazenar, que se afirma desde antes da escrita e da fala, as quais se configuram como recursos que ampliam a capacidade de armazenamento da memória. Conforme Le Goff, a memória pode sofrer manipulações que atendam a interesses, desejos, poder e, dessa forma, aproximar-se ou distanciar-se da história. Uma sociedade decide o que deve ser lembrado ou esquecido e, nisto, o estudo histórico da memória coletiva aponta para a necessidade de se levar em conta as diferenças entre o oral e o escrito, cuja transição nas sociedades ele chama de “domesticação do pensamento selvagem” (p. 426).

No seu estudo sobre memória e história, Le Goff realiza uma síntese de variados aspectos da memória e sua relação com a história. Lembra que a memória predominante nas sociedades sem escrita era guardada por especialistas depositários da história, personagens com importante papel na manutenção da coesão do grupo social, e que se valiam da dimensão narrativa dos acontecimentos, marcadamente mais livre e mais criativa.

Na passagem para as sociedades de escrita, surgem diferenciados modos de preservação da memória: a comemoração ou celebração de um acontecimento acompanhada da inscrição. Nas civilizações antigas orientais, monumentos com imagens e inscrições foram erguidos para imortalizar os feitos dos grandes

governantes, mas nenhuma outra sociedade dedicou-se à comemoração e à perpetuação da lembrança como os gregos e romanos e suas inúmeras inscrições na pedra e no mármore, o que se denomina “memória epigráfica”. Concomitantemente, havia outros suportes utilizados pelos russos, indianos, chineses como osso, pele, folhas, papiro e papel. O documento escrito, que Le Goff considera um monumento, garantiu ao homem a capacidade de comunicar-se através do tempo e do espaço. Estabeleceu-se, portanto, a separação entre memória e história, quando esta poderá ser conduzida por aquela, em função de interesses, desejos, poder etc.

Na era medieval, o autor aponta as transformações sofridas pela memória coletiva, a qual foi profundamente marcada pela difusão da religião e ideologia cristãs, além da grande influência da Igreja no campo intelectual. Santo Agostinho, nas suas Confissões (2008), representante dessa intelectualidade medievá, aprofundou a concepção platônica de memória que vinculava a lembrança a imagens. Ao atribuir um caráter psicológico à memória, o monge destaca os “palácios da memória” (p. 53) como sendo o lugar das imagens das coisas ausentes, onde ficam disponíveis ao pensamento que as acessa pela evocação. Agostinho discute o conceito da memória relacionando-o ao contato do homem com Deus: se o homem é capaz de pensar em Deus, é porque Deus está de alguma maneira na memória.

Dando continuidade à análise dos progressos da memória, Le Goff (1996) considera que o século XVIII foi decisivo para este processo de alargamento da memória. A Revolução Francesa é apontada pelo autor como o acontecimento que desencadeou a “explosão do espírito comemorativo” (p. 462), em nome da recordação da revolução. A memória tornou-se um “instrumento de governo” (p. 463) e surgiram novos instrumentos de suporte da memória coletiva como arquivos, bibliotecas, museus etc.

Esta evolução rumo ao mundo contemporâneo trouxe a revolução da memória que se firmou com o estudo dos lugares da memória coletiva, cada um com sua história, como arquiteturas, comemorações, monumentos, arquivos, bibliotecas, museus. Dessa forma, a *Nova História* passou a se valer da memória coletiva como meio de romper com a tradicional temporalidade linear e pautar uma história científica que recorre à memória para compreensão e justificação do presente.

Pierre Nora (1993)⁵³ considera que a midiatização e a massificação modernas foram, dentre outros, eventos cruciais para o desmoronamento da memória e, por esta razão, surgem os lugares de memória como consequência de um sentimento de que não há mais memória espontânea, num mundo em crescente mobilidade sob a pressão da história imediata. Daí a necessidade das sociedades recorrerem à construção de ambientes constituídos por restos e secreção do que foi perdido, como museus, cemitérios, monumentos – testemunhas de outra era. Estes lugares de memória são assim definidos pelo autor:

lugares mixtos (*sic*), híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do imóvel e do móvel. (...) a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais (...) só vivem de sua aptidão para a metamorfose (NORA, 1993, p. 22).

Conforme ressalta o autor, a aceleração do tempo ou a aceleração do ritmo de transformações dos processos históricos, combinada com a preocupação com o presente e com a incerteza do futuro, preteriu a memória em nome de uma atualidade marcadamente constituída por uma memória historicizada. A ameaça de desaparecimento da memória vivida e dinâmica – presente nos grupos e nas pessoas, mantida nas tradições, nos ofícios, nos saberes – estabeleceu a necessidade de materializá-la para ratificar o passado, porém agora ressignificada, metamorfoseada, representações do passado, transformada pela e para a história. Não há como atestar, portanto, se, ao atualizar o passado, a memória recupera a verdade do que foi vivido.

Pomian (2000)⁵⁴ considera que esta atividade de “subida no tempo” (p. 508), que é a memória, é sempre limitada, restritiva e indireta, na medida em que não se pode restituir o passado na íntegra, e toda tentativa de reconstruí-lo pelas recordações será sempre marcada pela dúvida.

⁵³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>.

⁵⁴ POMIAN, Krzysztof. **Memória**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.

Ao sistematizar as distinções entre memória e história, Nora (1993) defende que “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, estando em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações”, enquanto a história é relativa, “reconstrução, sempre problemática e incompleta, do que não existe mais” (p. 9), apodera-se do passado valendo-se de análises e de um criticismo generalizado destruidores de memória, uma mirada fria para o que foi herdado.

Verifica-se, com isto, que o imperativo da história passou a obrigar grupos e sociedades humanas a redefinir suas identidades enfatizando a própria história, a buscar as próprias origens e as memórias particulares. O que Nora chama de “metamorfose histórica da memória” (p. 17), conduziu à transferência do histórico ao psicológico, do social ao individual e à inserção do tema da subjetividade no campo da memória. O apelo que as sociedades modernas passaram a fazer para a preservação de sua memória é traduzido pelo autor como a necessidade desta sociedade de reconstituir a si mesma.

A partir daí, emergem questões como: de quem é a memória? Para que serve a memória? Quem lembra? A psicologização da memória, esclarece Nora (Op. Cit.) contribuiu para a construção de identidades que “permitirá o deciframento do que somos à luz do que não somos mais” (p. 20). As pessoas passaram a se valer dos vestígios do passado para formar seus alicerces, dando maior valor ao novo e à renovação, se reconhecendo e se identificando, criando um sentimento de pertença no contexto histórico-social contraditório em que se encontram.

A memória, de acordo com as proposições de Henri Bergson (1999)⁵⁵ é decisiva nesta relação entre identidade e consciência, na medida em que se constitui como força subjetiva ativa e latente que permite a todos e todas relacionar a percepção do presente real com o passado. É através da memória que o passado vem à tona e se mistura com as percepções imediatas.

Ao prefaciar a obra *Matéria e Memória*, de 1896, Bergson (1999) aponta que a discussão sobre a maneira como apreendemos ou subjetivamos a realidade e o conjunto de objetos ao nosso redor gira em torno de questões como: só existe assim para mim, em meu espírito? Existe independente da minha consciência? Existe nele

⁵⁵ BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

mesmo – em si – e é imagem dele mesmo assim como o vejo? No entanto, conforme a apreciação do filósofo acerca destas questões, a percepção sobre um objeto ou sobre a realidade, a qual se delinea a partir do esquema corporal imagem-cérebro-representação, nada tem a ver com o estado psicológico ou com o estado do espírito, mas, refere-se unicamente ao aspecto cerebral, pois o espírito não entra neste dissenso teórico-filosófico que alimenta o senso comum.

Para fundamentar sua tese, o autor empreende uma análise temporal da subjetividade humana como tempo contínuo ou duração. Os estímulos externos, considerados imagens, são levados ao cérebro pelos nervos aferentes e, ao retornarem à periferia do corpo, geram a ação reflexa. Em algumas circunstâncias, ao invés de uma ação imediata, ocorre uma inibição da ação que é provocada pela percepção ou consciência, e este “vazio” temporal é chamado por Bergson de “intervalo de indeterminação”.

Neste momento, a percepção se vale de um conjunto de imagens-lembrança da vida psicológica transcorrida, ou seja, das experiências vividas. Estas inúmeras e incontáveis imagens, consideradas matéria, percorrem todos os sentidos e, através de uma operação de subtração engendrada pela percepção, os indivíduos colhem neste campo de possibilidades apenas as imagens que interessam frente à necessidade da ação. Bergson relaciona imagens à matéria na sua tese de que todo o plano material é um conjunto de imagens móveis, todas em permanente interação. Imagens moventes que geram um conjunto de múltiplas relações, incluindo todos os seres, vivos ou não.

Lembrança, por sua vez, é um dado fora do esquema corporal e se situa no tempo e não no cérebro; recorre a uma conservação subconsciente das experiências vividas. São evocadas para que as coisas presentes sejam subjetivadas, dando saltos no tempo conservado no interior do ser. Lembrar, para o filósofo, é misturar as percepções atuais a aspectos da vida transcorrida e dela reter signos que evocam imagens antigas. Neste sentido, afirma: “o cérebro serve para operar uma escolha no passado, para diminuí-lo, simplificá-lo, utilizá-lo, mas não para conservá-lo. (...) o passado pode conservar-se a si mesmo, automaticamente” (BERGSON, 1999, p. 178).

Conforme as proposições do autor, o real é pensado no intervalo de indeterminação e é tempo e silêncio: tempo do pensamento, da liberdade da ação livre, da escolha contra a compulsão ou a depressão frente ao fluxo imagético. No

tempo as coisas se conservam. O passado coexiste virtualmente com o presente atual e sua característica fundamental, paradoxalmente, não é passar, mas conservar. O presente, por sua vez, nunca é porque passa. Nesta concepção vertical do tempo, ele é sucessivo e passa apenas para a matéria. Para a memória, o tempo é coexistência.

A duração, experiência psíquica tratada no primeiro livro do filósofo⁵⁶, é um dado imediato da consciência ou dado que a consciência tem sem mediação da representação: é o tempo entre o perceber e o agir, o tempo da contemplação, o tempo em que se recorre aos pensamentos, às ideias, às lembranças, aos afetos, ao fluxo de conexões com experiências passadas e presentes.

Dessa forma, Bergson (1998) postula que nunca estamos totalmente no presente, pois revisitamos o passado a todo o momento. Esta duração é estendida à totalidade da matéria e do universo, tese, segundo a qual, o fator tempo deixa de ser pensado no nível puramente psicológico e passa a ser pensado no plano ontológico.

Nesta mesma perspectiva, Maciel (2017)⁵⁷ afirma: o espírito é então concebido como variação: fluxo contínuo de tempo, onde os momentos se penetram uns nos outros” (p. 41).

A memória, para Bergson (1999), é decisiva neste processo, na medida em que se constitui como força subjetiva ativa e latente, e permite relacionar a percepção presente com o passado partindo do reconhecimento e ativando as representações que também são atuais. É através da memória que o passado vem à tona e se mistura com as percepções imediatas, as quais são deslocadas para o espaço da consciência, órgão de análise e de escolha. Para o filósofo, é a capacidade de conservação no tempo dos estados psíquicos já vivenciados que ajuda cada indivíduo a optar dentre as alternativas que um novo estímulo oferece. A percepção pura, portanto, se vale do passado mantido e conservado na memória e somente ele dispõe da totalidade da experiência vivida.

A subjetividade é o lar da memória, onde se aloja a duração de todo o vivido, compondo uma multiplicidade qualitativa e virtual de tudo o que orienta e interfere nas representações. A memória, na perspectiva bergsoniana, recebe a percepção pura da realidade e a processa:

⁵⁶ BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. São Paulo, Edições 70, 1998.

⁵⁷ MACIEL JR., Auterives. **O todo-aberto: duração e subjetividade em Henri Bergson**. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2017.

a memória sob estas duas formas, enquanto recobre com uma camada de lembranças um fundo de percepção imediata, e também enquanto ela contrai uma multiplicidade de momentos, constitui a principal contribuição da consciência individual na percepção, o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas (BERGSON, 1999, p. 31).

A multiplicidade referida, conforme aponta Maciel Jr. (Op. Cit.), diz respeito à própria essência da subjetividade. O mundo interno é uma multiplicidade qualitativa que estabelece aos seres humanos um estatuto de potencialmente múltiplos, repousado num fluxo e num devir aberto ao passado e ao múltiplo. Assim sendo, de acordo com este autor, o essencial dos elementos relacionados à memória é a mudança e a criação - “continuidade ininterrupta de imprevisível novidade” (p. 76), que impregnam a inteligência e dão origem a um trabalho criador da própria inteligência.

Esta metafísica se desdobra ao longo da produção intelectual do filósofo, na qual a intuição, ato da subjetividade, aparece como instrumento que põe os indivíduos em contato com a duração enquanto tempo psicológico, experiência interior, e situa-se entre a inteligência e sensibilidade. É através dela que se pode acessar o ser do passado vivo (paradoxo do ser), numa memória real e virtual conectada com o real. Como tudo dura, também dura a intuição, pois ela “parte do movimento, percebe-o como a própria realidade e não vê na imobilidade mais que um momento abstrato, instantâneo que nosso espírito tomou de uma mobilidade” (BERGSON, 2006, p. 32).

Assim sendo, o essencial da intuição é a mudança, “continuidade ininterrupta de imprevisível novidade” (Idem), e a criação, cuja força “evidencia-se com tamanha intensidade que é capaz de impregnar a inteligência, penetrando-a de tal maneira (...) dando margem a um trabalho criador da própria inteligência, agora consumida no labor de expressar materialmente as ideias nascidas da intuição (MACIEL JR., Op. Cit., p. 196).

Esta concepção bergsoniana de memória conduz ao entendimento de que a criação é imanente à existência, antítese da alienação, o que traz a possibilidade da mudança e da transformação. Tal capacidade intuitiva criadora é sinônima da capacidade de contato com o “impulso vital”, conceito trabalhado por Bergson na obra *Evolução Criadora*, de 1907.

Penso que seja necessário problematizar o pensamento de Bergson, em face da perspectiva do materialismo histórico e dialético adotada nesta pesquisa. Por focar seu estudo sobre a memória no aspecto individual ou pessoal, Bergson separa indivíduo (matéria) e memória (espírito) e disso resulta uma interpretação desta como sendo um fenômeno autônomo de uma subjetividade espiritual, por um lado, e a objetividade subordinada a uma experiência de caráter meramente pragmático, por outro.

São variadas as implicações do pensamento do filósofo, mas me limito a ressaltar, de maneira breve, a noção de sujeito conduzido no mundo pela mediação da intuição ao invés da razão. Ora, a apreensão da realidade nestes termos contém uma forte dimensão idealista e irracionalista que vai de encontro a um arcabouço teórico e filosófico construído desde Kant e Hegel cuja preocupação era exatamente a superação da metafísica e dos postulados espiritualistas na ciência moderna, e como fizeram majestosamente Marx e Engels na *Ideologia Alemã*.⁵⁸

Bergson reduz, portanto, a realidade a imagens situadas no espírito e concede à intuição a força fundamental que opera sobre a percepção do mundo e da própria realidade. Esta percepção reduzida a imagens tem como consequência imediata a negação da construção das representações do real ou dos reflexos da realidade pelo cérebro ou a mistificação do real.

No debate acerca da potência humana criadora para a construção do novo e da renovação, Le Goff (Op. Cit.) destaca que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (p. 476). Na busca por identidades coletivas como mecanismo que se valem os sujeitos para afirmarem o seu lugar no mundo, a memória pode servir ao sentimento de pertencimento de pessoas a grupos, mesmo que com eles não tenham relação direta. Neste caso, o que ocorre são transferências que legitimam uma herança de memória, a qual ajuda a montar um trabalho de organização a serviço do sentimento de identidade.

⁵⁸ MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo, Boitempo, 2007.

Este sentimento, de acordo com Pollak (1992),⁵⁹ corre paralelo a um sentimento de unidade, continuidade e coerência dentro do grupo que aglutina as diferenças. Assim, argumenta o autor:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. (...) a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (p. 22).

O jogo político que envolve a construção social da identidade conectada à memória, e vice-versa, leva à compreensão de que a manutenção social da memória está atrelada às práticas políticas e culturais de uma sociedade ou de um povo, relacionada aos seus interesses e à consciência que o grupo mantém sobre si com relação ao todo. A isto estão relacionadas as condições materiais que regulam a produção e a reprodução da existência e este é um importante aspecto do materialismo histórico e dialético desenvolvido por Marx e Engels (2007)

A elaboração das trajetórias pessoais e coletivas pode estar orientada segundo valores, normas e experiências apreendidas ou vivenciadas em contextos familiares e sociais. Valendo-se da memória, o sujeito se reconhece no espaço social que o referencia e, através dela, podem emergir elementos indispensáveis para a elaboração de identidades e pertencimento a uma classe social determinada, de trajetórias e percursos individuais.

Quando se analisa as trajetórias de sujeitos que trabalham imersos nos mecanismos geradores da reprodução metabólica do capital, percebe-se que eles constituem grupos com os quais mantêm relações diretas e guardam valores, tradições, referenciais que ajudam a reconstruir a memória. Ou seja, estas trajetórias alimentam o processo de constituição de memórias que por sua vez ratificam processos laborais que alimentam os interesses dos grupos, numa espécie de ciclo perpétuo.

Com base nas proposições do francês Maurice Halbwachs (2006)⁶⁰, a preparação das trajetórias de vida dos sujeitos relaciona-se com normas e valores

⁵⁹ POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

apreendidos junto aos grupos, com destaque ao valor social que a memória herdada assume como o resultado das relações estabelecidas nos espaços de elaboração de identidades. A transmissão dessa herança social acaba configurando a continuidade dos percursos, das trajetórias e dos processos individuais relacionados também ao trabalho.

A partilha de experiências similares conduz os sujeitos a partilharem igualmente as oportunidades de vida e as características socioculturais, incorporadas por sucessivas gerações. Halbwachs, na obra “Los marcos sociales de la memoria” (2004),⁶¹ enfatiza que o conjunto das experiências vividas se relaciona com a vida material e moral das sociedades. As experiências, mesmo as mais íntimas, não são apenas individuais, na medida em que cada sujeito está permanentemente embutido nos marcos referenciais que são definidores da constituição social.

Ao se reconhecer no espaço social que o referencia, o sujeito elabora sua identidade. Sobre isto se debruça Halbwachs (Op. Cit., 2004), cuja obra circunscreve a memória como uma produção social engendrada a partir das relações sociais, que intervém e direciona os processos formativos individuais e coletivos, além de amparar e direcionar o pensamento social. Afirma:

Os marcos de que falamos, e que nos permitiriam reconstruir nossas recordações depois de terem desaparecido, não são exclusivamente individuais: são comuns aos homens de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2004, p. 157).

A recuperação do passado, conforme o autor, embora seja feita por indivíduos, parte de pontos de referência e sua reconstrução é possível a partir dos marcos sociais. Nas palavras suas palavras:

assumir o ponto de vista do grupo, assumir seus interesses e seguir a orientação de suas reflexões. Ocorre o mesmo quando intencionamos localizar memórias antigas. Devemos situá-las no conjunto de lembranças comuns a outros grupos, grupos mais restritos e mais duráveis, tais como os de nossa família (HALBWACHS, 2004, p. 172).

⁶⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2006.

⁶¹ HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona, Anthropos Editorial, 2004.

O pertencimento a um grupo social e a partilha de valores e noções são a tônica do que faz os seres sociais que, embora indivíduos, são acompanhados por suas respectivas coletividades. Toda a reconstrução do passado ou recordação é, pois, mediada pelo coletivo. Com isto, o autor afirma:

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 2006 p. 16).

A concepção de grupo, na perspectiva de Halbwachs, não se volta para o seu aspecto físico, mas grupos nos pensamentos e nas relações comuns, com quem se têm um sentimento de pertencimento mais próximo. Quanto mais se vivencia e partilha experiências, mais se concretiza a relação de pertencimento, e quanto mais pertencimento, permanência, regularidades e durações nas vivências sociais, mais apreensão de noções comuns, semelhantes e próximas.

Nesse sentido, trajetórias de vida dos sujeitos se amparam e se formatam a partir de experiências vividas pelos demais membros dos grupos dos quais fazem parte. O sujeito conserva as memórias recebidas através de noções e valores que constituem a memória coletiva de pertencimento, e isto gera meios de assegurar interesses de grupos aos quais cada sujeito se relaciona.

Lívia Diana Magalhães e Almeida (2011)⁶² apontam, a despeito da tendência homogeneizadora da memória, a vinculação da manutenção das memórias às necessidades e exigências do presente e dos interesses dos grupos.

Dessa forma, pensar práticas relacionadas ao trabalho dos sujeitos que constituem o povoado da Várzea e que conformam a produção da vida mediada pela relação com os recursos naturais (a pequena propriedade, o plantio, a colheita, o rio, a caça, a pesca, os rebanhos) é pensar a capacidade de preservar tais práticas a partir do que é transmitido ao longo das gerações.

Quando se reflete sobre as trajetórias daqueles sujeitos que trabalham e constituem o tecido social daquela comunidade, afetados pelos processos de

⁶² MAGALHÃES, Lívia Diana R. e ALMEIDA, José Rubens M. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, José C; CASIMIRO, Ana Palmira B e MAGALHÃES, Lívia. D. R (Org.). **História, memória e educação**. Campinas, Alínea, 2011.

precarização da vida desencadeados pelas virações do sistema capitalista (do neoliberalismo, sobretudo), pela urbanização e modernização da agricultura (com o café, o maracujá, técnicas inovadoras etc.), tudo atrelado a um senso de progresso e de redenção de uma sociedade que se quer mais justa e igualitária, pergunta-se: o que está em jogo quando grupos sucessivos trilham caminhos semelhantes, na medida em que se renovam ao longo do decurso do tempo histórico? Ou: o que contribui para que gerações deem continuidade a percursos semelhantes a de grupos de referência, em tempos sociais distintos?

Halbwachs (2006) dá à memória um estatuto sociológico e, com isto, lança-se contra o subjetivismo irracionalista do seu mestre Henri Bergson ao defender que a subjetividade é também relacional aos processos sociais, produto da interação com o contexto social. A memória não é só intuitiva, mas tem relação concreta com a materialidade. Não é só armazenamento, nem pensamento voltado ao passado, mas ao presente. Olha-se do presente para o passado recuperando-o e reestruturando-o, não como foi, mas de acordo com as necessidades do agora, pois o homem não é só intuição, ele é relação social. Tudo o que é utilizado individualmente para recordar tem base coletiva.

O sociólogo francês Gérard Namer,⁶³ que dedicou grande parte de suas pesquisas ao trabalho de Halbwachs, ao escrever o Posfácio de “Los marcos sociales de la memoria” (2004), salienta que a perspectiva halbwachiana se volta para a natureza prioritariamente social da memória, a qual tem raízes no conjunto das relações com a família, com a profissão, com a política, com a classe etc., grupos primários ou quadros que fornecem as bases para a memória. Nas palavras do autor

A la tesis de Bergson de que la memoria es una experiencia vivida de las imágenes encubiertas que en el pasado ha tenido el individuo, Halbwachs responde que ninguna memoria es una vivencia, todo lo contrario, ella es una reconstrucción racional del pasado realizada desde elementos y mecanismos presentes en la actualidad en la consciencia del grupo (NAMER, 2004, p. 368).

A memória individual e a subjetividade não são negadas por Halbwachs, mas elas estão ancoradas nos marcos sociais da memória, daí a memória pensada pelo

⁶³ NAMER, Gérard. Posfácio. In: HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona, Anthropos Editorial, 2004.

sociólogo como inter-relações de várias naturezas, sejam elas concernentes aos valores, às convenções sociais, ao grupo familiar, religioso, de classe etc.

Quando se analisa as trajetórias laborais dos sujeitos atingidos pelos mecanismos de reprodução metabólica do capital, num plano geral e local, percebe-se que estas trajetórias se configuram como um processo metabólico de constituição e reconstituição de memórias que as ratifica e reproduz, com vinculação aos interesses hegemônicos ou externos.

Ao se afirmar, com base nas proposições de Halbwachs, que a preparação das trajetórias dos sujeitos relaciona-se com normas e valores apreendidos, entende-se que a memória herdada pelos sujeitos se expressa como resultado das relações estabelecidas nos espaços de elaboração de suas identidades. A transmissão dessa herança social acaba configurando a continuidade dos percursos, das trajetórias e dos processos, ainda que modificados, e a trajetória de vida dos grupos se ampara e se formata a partir experiências vividas pelos demais membros dos grupos dos quais fazem parte.

Magalhães e Almeida (Op. Cit., 2011) citam Aróstegui para salientar que estão ausentes nas preocupações de Halbwachs “os problemas derivados dos usos da memória, da sua manipulação, de sua importância ideológica como instrumento de poder, de seu papel na luta pela dominação e hegemonia ou de sua fragmentação em favor dos interesses hegemônicos” (p. 100). Por outro lado, os autores citam ainda Rivero et al (2000) ao analisarem a relação entre memória e conflito, nos estudos do sociólogo italiano, Paolo Jedlowski. Jedlowski defende que, na obra de Halbwachs, há relações entre a memória coletiva e as relações de poder, a representação do passado alinhada com os pensamentos dominantes.

Para estes autores, a extensão da análise de Jedlowski se estende sobre o que é produzido e transmitido a gerações sucessivas, incluindo

atitudes práticas, cognitivas e afetivas que prolongam de maneira irreflexiva as experiências passadas no presente, são costumes operativos, cognitivos e relacionais que constituem o tecido de continuidade de cada grupo social, entrelaçado com um universo de significados, de valores e de narrações que a dotam de certo automatismo e inércia (RIVERO et al, apud MAGALHÃES e ALMEIDA, 2011).

Não credito a Halbwachs respostas para inquietações que se impõem ao se reunir neste trabalho temas como capitalismo, desemprego, precarização, contradições, conflitos e rupturas. O funcionalismo durkheimiano (Émile Durkheim) presente na obra de Halbwachs não comporta o uso de categorias contraditórias que permitam enveredar por tais temas. Entendo que o que interessa a Halbwachs, na justaposição de vivências que constituem o tecido social, são as regularidades, durações e permanências, e o tempo da memória, na perspectiva do autor, é o que está sobrevivendo a rupturas, direta ou indiretamente, o que está latente e ninguém vê, e se apresenta de uma forma ou de outra.

Ao capitalismo interessam coletividades que mantêm a conservação dos valores que o retroalimenta. O sujeito do campo que tem as condições de vida degradadas, consolida as memórias recebidas e as conserva através de comportamentos e valores que constituem a memória coletiva de pertencimento e isto gera meios de assegurar interesses hegemônicos também externos, na medida em que não se verifica mudanças na lógica que permeia a essência do status quo dominante, quando muito, uma modificação conservada.

Embora Halbwachs não tenha tratado diretamente das contradições, destaca-se que, na transmissão intergeracional vinculada à conservação e perpetuação das muitas memórias coletivas, comparecem experiências coletivas contra-hegemônicas, combativas das correntes de pensamento dominantes. Estes grupos concretos processam acontecimentos ou experiências de forma semelhante, e o grau de consciência que carregam acerca do seu pertencimento em uma dada formação social implica na manutenção da própria multiplicidade que os constitui.

Assim sendo, Magalhães e Almeida (Op. Cit., 2011) ressaltam que, para falar de memória, há a necessidade de “indagar sobre quais interesses de grupos sociais e que condições materiais regulam a sua produção e reprodução (p. 101).

O debate em torno da memória teve Halbwachs como importante expoente. Cientista da área política e econômica, o francês se lançou sobre a sociologia, a qual ainda não se estabelecera com a notoriedade das ciências físicas e naturais. Razão pela qual as ciências sociais e humanas emergiram fortemente influenciadas pelos métodos e metodologias já estabelecidos pelas ciências duras, tais como observação, experimentação e generalização. Marilena Chauí (2009) nos ajuda a compreender a peculiaridade dos primeiros estudos sociológicos, ainda no início do século XIX:

as ciências matemáticas e naturais estavam constituídas e já haviam definido a ideia de cientificidade, de métodos e conhecimentos científicos, de modo que as ciências humanas foram levadas a imitar e copiar o que aquelas ciências haviam estabelecido, tratando o homem como uma coisa natural matematizável e experimentável. Em outras palavras, para ganhar respeitabilidade científica, as disciplinas conhecidas como ciências humanas procuraram estudar seu objeto empregando conceitos, método e técnicas propostos pelas ciências da natureza (CHAUÍ, 2009, p. 227).⁶⁴

Marcadamente influenciado pelas noções de cientificidade, Halbwachs também empreendeu uma severa reação ao subjetivismo bergsoniano e, no lugar da centralidade do indivíduo, inseriu a sociedade, o espaço das construções sociais. É notória sua intenção na seguinte passagem:

Para nós, ao contrário, não subsistem, em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nós representamos de modo incompleto ou indistinto, ou que, até mesmo, cremos que provêm completamente de nossa memória (HALBWACHS, 2006, p. 52).

Dessa forma, Halbwachs afasta a memória do espírito e a ancora no racional associado ao grupo e à sociedade. Ocorre que o lugar dos sujeitos sociais na sua perspectiva é altamente secundarizado na relação com o todo social, coagido a se posicionar no interior dos grupos. Esta perspectiva se configura como uma notável recusa do entendimento dos sujeitos sociais como agentes do processo histórico, tal como descrevem Marx e Engels (2007):

Os homens são os produtores de suas representações, ideias e assim por diante, mas apenas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um desenvolvimento determinado de suas forças de produção e pela circulação correspondente às mesmas, até chegar as suas formações mais desenvolvidas. A consciência (Bewusstsein) não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente (bewusste Sein), e o ser dos homens é um processo de vida real (MARX e ENGELS, 2007, p. 94).

⁶⁴ CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 2009.

Ao empreenderem uma leitura crítica sobre a obra de Halbwachs, Fentress e Wickham (1992)⁶⁵ também se posicionam contra a secundarização do sujeito guiado por uma mera obediência ao pensamento coletivo que por ele é interiorizado. Para tanto, cunham o termo “memória social” em oposição a “memória coletiva” diante da imperiosa necessidade de se levar em conta as contradições dos interesses que perpassam os variados modos de produção da existência, ao longo da história. Afirmam:

Halbwachs concedeu um destaque talvez excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre a consciência individual e a das coletividades que esses indivíduos constituíram. O resultado foi um conceito de consciência coletiva curiosamente desligado dos reais processos de pensamento de determinada pessoa. Portanto, um importante problema que se depara quem quer que pretenda seguir Halbwachs neste campo é o de elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado coletivo da vida consciente de cada um, não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade coletiva interiorizada. (FENTRESS E WICKHAM, 1992, p. 7).

Os conflitos e os choques de interesses que perpassam toda a história humana oriundos da complexificação das relações imposta pela intensificação das necessidades são fatores conectados ao desdobramento dos tipos de organizações sociais que se tem conhecimento. Desse modo, o desenvolvimento histórico tem como protagonistas homens e mulheres que desempenharam e continuam a desempenhar importante papel na reprodução social. Marx e Engels (2007) deixaram claro que, neste processo, os homens reais e ativos a que se referem tanto produzem quanto reproduzem a existência. Nestes termos, as continuidades e as rupturas das processualidades sociais são a tônica da própria história humana. Afirmam com contundência que:

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela **transmitidas pelas gerações anteriores**; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser

⁶⁵ FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Trad. Telma Costa. Lisboa, Teorema, 1992.

especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior (2007, p. 40, grifo meu).

Ora, é fundamental reconhecer que nesta transmissão geracional comparecem legados que serão rompidos ou mantidos pelas sucessivas gerações. Estas determinações materiais, capitais e produtivas permitem a compreensão da máxima “a história é feita pelas costas dos homens” elaborada na seguinte passagem:

Ele [Feuerbach] não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas (MARX e ENGELS, 2007, p. 30).

Recorro a estas abordagens também para situar o materialismo histórico e dialético como ponto de partida deste estudo, além do próprio fenômeno da memória. Portanto, no processo histórico em que se verifica a criação e o desenvolvimento das sociedades estão presentes a ação humana traduzida em trabalho visando a reprodução da vida e superação das necessidades básicas (teleologia), racionalidade e a capacidade de criar ou recriar com base na lembrança ou no esquecimento. A memória desponta como elemento intrínseco ao desenvolvimento humano-social ao longo dos tempos históricos.

O capítulo a seguir, cerne da pesquisa então apresentada, traz um conjunto de imagens do cotidiano de pessoas que trabalham e buscam produzir e reproduzir a própria vida. O registro das atividades dos sujeitos do povoado da Várzea voltadas para o trabalho na pequena propriedade rural se constitui como um caminho para uma compreensão da realidade material daquelas práticas atreladas ao que historicamente fora deixado como herança pelas gerações predecessoras.

4 ETNOGRAFANDO O POVOADO DA VÁRZEA

Na obra *Sociologia da fotografia e da imagem*, Martins (2019)⁶⁶ traz relevantes apontamentos sobre o uso da fotografia enquanto recurso metodológico para a observação e registro das realidades sociais. Contra a suposição tão difundida de que a fotografia é o congelamento de um momento, um “retrato” da realidade, o autor assinala a polissemia que ela comporta, ao promover uma pluralidade de sentidos que agregam significações e interpretações de quem clica e de quem observa.

Ao tomar as fotografias produzidas por mim como vias de acesso e aproximação da realidade constitutiva do trabalho entre homens e mulheres do povoado da Várzea e sua relação com os recursos naturais, não pude renunciar ao debate acerca da dupla dimensão que compõe o mundo dos fenômenos: essência e aparência.



Figura 6 - Homem a caminho do trabalho na roça. Imagem da autora, 2022.

⁶⁶ MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2019.

Está claro que estes registros não se destinam a uma mera contemplação estética, um anúncio visual de uma cotidianidade específica, deslocada de uma totalidade e de uma devida contextualização histórica e social.



Figura 7 - Habitação no povoado da Várzea. Imagem da autora, 2022.

Por isso, recorro aos conceitos da obra de Kosik (Op. Cit., 1976) que sinalizam a importância de se compreender que o que se revela aos olhos, num primeiro plano, é tão somente a superfície dos processos, cuja essência não se manifesta imediatamente à nossa compreensão e sim em algo diferente do que é. Conhecimento imediato de um objeto provém do contato com a realidade tal como ela se mostra aos nossos sentidos, nossa representação que temos sobre ele.

Desvelar o oculto e fugir da pseudoconcreticidade dos fenômenos, na produção da pesquisa, é uma busca intrínseca à percepção que tem o pesquisador sobre a realidade. Sánchez Gamboa (1998)⁶⁷ esclarece que a visão de mundo de quem pesquisa e elabora conhecimento reflete, irremediavelmente, determinações de caráter psicológico, sociológico e político, preocupações e interesses que determinam o processo cognitivo e o ato de pesquisar. Afirma: “A visão de mundo expressa a consciência que surge das condições econômicas e sociais conflitivas, que em última instância, determina as maneiras como os homens, situados nessas condições, percebem e conhecem a realidade” (p.129).

⁶⁷ SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. Campinas, Práxis, 1998.

A passagem dos anos 1960 para os anos 1970 inaugurou uma reflexão sociológica menos comprometida com a rigidez das estruturas sociais, da objetividade e das técnicas precisas de observação dos processos sociais. Emergiu, neste contexto, uma sociologia mais aberta à subjetividade, a descrições marcadamente visuais do cotidiano de sujeitos sociais.

Erving Goffman, considerado o mais importante teórico do interacionismo simbólico, nome que, ao lado de Alfred Schutz, Hebert Blumer e Harold Garfinkel, foi um dos pensadores que abriu novas perspectivas contra o funcionalismo parsoniano (Talcott Parsons). Inaugurando um novo olhar sobre a vida social, deu ênfase aos desejos individuais de manipular a apresentação do eu em relação aos processos socialmente estruturados. Numa sociedade intensamente visual gestada no século XX e firmada no século XXI, a fotografia documenta a sociabilidade como dramaturgia ao reforçar a teatralidade⁶⁸ de quem posa.

Martins (Op. Cit., 2019), aliado ao pensamento de Goffman, aponta a fotografia como expressão de virtudes humanas, representação visual que desloca o ser social da rotina da vida e exacerba o aparente. Diz: “a foto ‘conserta’ os estragos da rotinização da vida e das diferentes formas de coisificação das pessoas” (p. 50).

Numa certa altura da observação do campo empírico, dei conta da necessidade de registrar pessoas sem posar, na imediaticidade do movimento. Sem preocupações estéticas, procurei transformar cenários da vida cotidiana do homem comum em imagens e, mais que imagens de um corpo ou de parte dele, busquei a expressão do que considero uma via de acesso a problematizações das relações entre sujeitos que trabalham e os padrões de ordenamento socioeconômico dos processos sociais.

Quem são estes sujeitos? Trabalhadores rurais? Camponeses? Agricultores familiares?

⁶⁸ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1995.



Figura 8 - Homem trabalho com enxada. Imagem da autora, 2022

Wanderley (2003)⁶⁹ considera que há uma dificuldade teórica em conceituar agricultura familiar e campesinato. A autora esclarece que, ao longo dos anos 1970, algumas abordagens vislumbraram a decomposição do campesinato diante do avanço dos processos de modernização da agricultura e do crescimento da agricultura industrial. Os camponeses, pequenos agricultores e demais denominações da agricultura tradicional, como as referenciadas na parte 2 deste trabalho, sofreriam as imposições da proletarização no campo. Para aqueles teóricos, um novo componente alinhado com a modernidade, denominado “agricultores familiares”, tomariam a paisagem rural relegando o camponês ao passado, ao arcaico e atrasado.

⁶⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. [Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, n. 2](#), out. 2003.

Para a autora, apesar de a agricultura familiar, hoje, ser um fato, uma realidade diversa da concepção de campesinato, não ocorre(u), no Brasil, rupturas definitivas, mas convergências e continuidade entre o passado e o presente. Esclarece: a agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, embora o campesinato seja uma forma de agricultura familiar, e a agricultura familiar nem sempre é a expressão do modo de vida camponês. A autora defende que não se pode verificar uma continuidade do campesinato tradicional, tampouco uma ruptura completa que relega ao campesinato o atraso, como contraponto ao moderno e que ambas as categorias coexistem num mesmo tempo histórico. Nas palavras da autora:

Deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. [...] Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida (WANDERLEY, 2003, p. 48).

A autora salienta a necessidade de se compreender o mundo rural não mais como um universo isolado do restante da sociedade, mas um mundo para além do seu aspecto físico relacionado à ocupação histórica do território com suas formas de dominação, um mundo que comporta atores sociais ativos com especificidades de vida e de trabalho, um mundo em sua complexidade integrado às forças do desenvolvimento.

Portadores de uma tradição, de saberes herdados entre gerações, os trabalhadores aqui retratados nas figuras que seguem trazem em suas práticas fundamentos de um modo de vida em que estes referenciais continuam orientando a lógica das estratégias de produção e reprodução da vida. A memória, como visto, tem papel fundamental nestas continuidades.



Figura 9 - Homem transportando cana para a fabricação de cachaça.
Imagem da autora, 2022.



Figura 10 - Carro de boi transportando bagaço de cana
para alimentação de bovinos.
Imagem da autora, 2022.

Retomando o pensamento de Ianni (Op. Cit., 2004): mesmo que a indústria e a cidade tenham avançado sobre a paisagem socioeconômica das áreas rurais, tal como fora abordado na parte dois desta dissertação, permanecem as relações de complementaridade e interdependência no âmbito das forças produtivas. Na dialeticidade destas relações, o trabalhador agrícola, homens e mulheres comuns, constitui-se como o elemento que mais sente o peso destas transformações sobre suas condições de organização dos modos de vida.

Convergindo com estas interpretações, como apontado anteriormente, Oliveira (Op. Cit., 2013) reforça a tese de que não há uma eliminação do trabalho familiar camponês e acrescenta que, neste processo, a maior parte de uma unidade familiar é atingida pela impossibilidade de acessar a terra, restando aos filhos o deslocamento para o trabalho externo assalariado. Esta tendência pode ser verificada pela relativa ausência de sujeitos com menor idade no trabalho na roça. Pude constatar no campo empírico desta pesquisa que a maior parte dos trabalhadores no povoado da Várzea parecem ter mais de cinquenta anos de idade, como mostram as figuras 11, 12 e 13.



Figura 11 - Homem idoso retorna à casa para o almoço, portando capanga, enxada e facão. Imagem da autora, 2022.



Figura 12 - Homem idoso com suas ferramentas (machado, foice e facão). Imagem da autora, 2022.



Figura 13 - Homem ordenha uma de suas vacas no curral, ao lado de sua moradia. Imagem da autora, 2022.

De fato, esta constatação pode ser fundamentada nos estudos do Atlas do Espaço Rural Brasileiro, de 2020, com resultados do Censo Agropecuário 2017. Conforme este documento:

Ao analisar a composição dos produtores agropecuários por faixa etária, entre o intervalo intercensitário 2006/2017, percebe-se que houve redução, em termos absolutos e relativos, nos estabelecimentos dirigidos por produtores até menos de 45 anos, enquanto as faixas mais elevadas registraram aumento absoluto e relativo. Esse cenário representa, de um lado, o processo geral de envelhecimento da população brasileira e, de outro, reflete dificuldades atuais encontradas no próprio processo de sucessão geracional, que na agricultura como um todo e, em especial, na agricultura familiar, ainda é, em grande parte, uma atividade herdada entre membros da mesma família (IBGE, 2020).⁷⁰

Kiyota (2015)⁷¹, em um estudo sobre o tema da sucessão geracional na agricultura familiar, relaciona alguns fatores que se fazem presentes nesta temática,

⁷⁰ Disponível em [IBGE | Biblioteca | Detalhes | Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia. Perfil demográfico e socioeconômico do produtor](#). Acesso em ago. 2022.

⁷¹ KIOTA, Norma e outros. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Revista Mundo Agrário**, vol. 16, n. 33, 2015.

como gênero, renda, escolaridade, projetos de vida dos jovens, trabalho, sociabilidade urbana e a transformação da identidade dos jovens.

Para a autora, a despeito das transformações que ocorreram nos últimos anos no processo de sucessão, a agricultura deve ser vista como parte de um fluxo de três tempos (passado-presente-futuro), isto é, um complexo intergeracional, onde se pode adotar a estratégia de se trabalhar mais em uma geração para que a seguinte tenha melhores condições: "os pais trabalham para seus filhos". Desta forma, o processo de escolha de ficar ou não na atividade do rural, é antes de tudo um processo dinâmico, definido pelas estratégias de reprodução desenvolvidas pela família.

A autora também considera que a força de trabalho das mulheres que permanecem ou se deslocam para longe do núcleo familiar se relaciona culturalmente à ideia de suas tarefas serem entendidas como ajuda ou auxílio ao trabalho dos homens, além de serem atividades consideradas "leves". Conforme a autora, "o trabalho é 'leve' (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar" (p. 16).

A força de trabalho das mulheres merece uma discussão na pauta do trabalho familiar, o qual, logicamente, não se restringe apenas ao espaço rural, mas aqui é o que interessa. Como mostra a sequência de figuras 14 a 18, pode-se verificar atividades que são executadas por mulheres, no povoado da Várzea.



Figura 14 - Mulher lava roupas no rio.
Imagem da autora, 2022.

A divisão sexual do trabalho, forma particular da divisão social do trabalho, historicamente constituída a partir das relações sociais entre os sexos, caracteriza-se pela priorização da esfera produtiva aos homens e da esfera reprodutiva às mulheres; aos homens as funções de maior valor social como cargos políticos, religiosos, militares etc.; às mulheres o espaço doméstico, o cuidado com os filhos.

Hirata e Kergoat (2007)⁷² esclarecem que a divisão sexual do trabalho estabelece o princípio organizador de separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico para o qual o trabalho de homem tem maior valor que o trabalho de mulher - princípios válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço.



Figura 15 - Mulheres voltam do rio com louças e roupas lavadas. Imagem da autora, 2022.



Figura 16 - Mulher vai em direção ao rio com bacia de louças na cabeça. Imagem da autora, 2022.

⁷² HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.



Figura 17 – Mulher usa ferro a brasa.
Imagem da autora, 2022.



Figura 18 - Mulher rala mandioca
em casa para fazer bolo.
Imagem da autora, 2022.

Esta ideologia naturalista, conforme aponta Kergoat (2003)⁷³, tem base material como todas as relações sociais, é uma construção social, resultado de relações sociais e, portanto, não é um dado rígido e imutável: relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são termos indissociáveis e que se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação (p. 4). Nas palavras da autora:

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2003, p. 67).

⁷³ KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. Artigo publicado no **Dictionnaire critique du féminisme**. HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Ed. Presses Universitaires de France. Paris, nov. de 2000. Trad. Miriam Nobre, ago. de 2003.

A autora aponta a necessidade de problematizar a divisão sexual do trabalho – paradigma das relações de dominação - a partir da dialética entre os fenômenos da reprodução social, as variações da realidade social no tempo e no espaço, além da emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência desta divisão.

Nesta perspectiva, Alves (2013)⁷⁴ situa esta problemática no avanço das relações capitalistas de produção com o processo de industrialização:

O avanço das relações capitalistas dissemina uma ideologia a fim de justificar e reforçar a ordem burguesa, pautada na valorização do trabalho disciplinado, moralizado, que em certa medida, em face das resistências dos trabalhadores, extrapola o chão da fábrica e invade a vida privada das famílias – definindo padrões de conduta em todos os ciclos sociais, construindo especialmente um discurso científico para as mulheres, articulado com o novo modo de vida capitalista, promovendo a criação de uma força de trabalho feminina apta a exercer determinados tipos de ofícios (ALVES, 2013, p. 286).

A partir dos apontamentos da historiografia brasileira que assinalam o avanço da indústria e da cidade sobre a paisagem socioeconômica das áreas rurais e a permanência das relações de complementaridade e interdependência no âmbito das forças produtivas, é conclusiva, em primeiro lugar, a noção de que o trabalhador agrícola, homens e mulheres comuns, constitui-se como o elemento que mais sente o peso destas transformações sobre as condições de organização dos modos de vida, como já assinalado. Em segundo lugar, é duplamente penosa a carga da relação de dominação e exploração sobre mulheres a partir da indissociabilidade das relações capitalistas e patriarcais.

⁷⁴ ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013.



Figura 19 - Homem na torra da farinha, em casa de farinha na Várzea. Imagem da autora, 2022.



Figura 20 – Mulheres trabalham com a goma da mandioca, em casa de farinha na Várzea. Imagem da autora, 2022.

As figuras 19 e 20 são um claro exemplo da divisão sexual e técnica do trabalho realizado nas casas de farinha. Mariza Oliveira Santos (2021)⁷⁵ apresenta importante pesquisa nas casas de farinha das comunidades baianas de Campinhos em Vitória da Conquista, e Peri Peri, em Belo Campo. A autora, ao analisar a posição da mulher no mundo do trabalho, ressalta as proposições de Hirata e Kergoat (Op. Cit.) para quem a discrepância entre os sexos no mundo do trabalho caracteriza-se à vinculação histórica do homem às funções de maior valor social agregado.

Dessa forma, a divisão entre o trabalho de homem e de mulher nas casas de farinha analisadas é o reflexo dessa forma histórica de disposição. Elaborei alguns pontos desta análise que podem ser facilmente relacionados à realidade da casa de farinha da Várzea retratada nas figuras 19 e 20 acima:

⁷⁵ SANTOS, Marisa O. **Memórias do trabalho familiar em casas de farinha: transformação dos modos de vida de homens e mulheres do campo**. Tese de doutoramento. 241 fls. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2021.

1 – somente os homens estão nas atividades com o forno – atividade com considerada a mais importante no processo, pois exige maior destreza e conhecimento para alcançar uma boa qualidade do produto; as atividades como a raspa da mandioca, descascar, lavar e triturar são realizadas somente pelas mulheres. Este aspecto se relaciona às observações de Kiyota (Op. Cit.) acerca da força de trabalho das mulheres serem entendidas como ajuda ou auxílio ao trabalho dos homens, além de serem atividades consideradas "leves".

2 – a distância das mulheres das atividades no forno ou espaço da quentura da casa de farinha também se relaciona ao não comprometimento das partes reprodutivas da mulher, como útero e ovários, os quais devem ser preservados de possíveis afetações da capacidade da mulher de gerar filhos. Aspecto que se relaciona com a responsabilização das mulheres também pela esfera reprodutiva da família, como referido acima.

3 – a baixa remuneração das mulheres sobre a qual se refere Kiyota (Op. Cit.) é verificada nas conclusões de Santos (2021):

Nas Casas de Farinha, um cesto de mandioca rapada é pago a R\$3,00 às mulheres; a diária masculina gira em torno de R\$35,00. Segundo dados coletados no campo empírico, quando a Casa de Farinha está em funcionamento regular, as mulheres conseguem tirar, por semana, em torno de R\$ 80,00 e os homens algo próximo de R\$240,00 semanal, sobrando ao proprietário da casa um valor líquido, em média, de R\$ 400,00 por farinha (SANTOS, 2021, p. 124).

4 – a mulher trabalhadora das casas de farinha estudadas pela autora, assim como a quase totalidade das mulheres que trabalham, realiza dupla jornada de trabalho: domésticas e fora de casa, sendo estes espaços enlaçados a ponto de se confundirem.

Está claro que a memória é um importante elemento para o entendimento da divisão social e sexual do trabalho. Sendo uma atividade humana vital para a própria sociedade, a memória entra como um meio essencial para a continuidade e preservação das normas, valores, tradições e práticas sociais. O neste caso, dos fundamentos legitimadores da desigualdade entre os sexos em todos os espaços e tempos históricos.

A memória nesta pesquisa, cujo base de dados são registros fotográficos, não está posta nestas imagens de modo a iluminar as contradições que permeiam a vida

humana e social dos sujeitos que habitam e trabalham no povoado da Várzea, mas é um elemento, cujo caráter social, se manifesta amplamente articulado com a dimensão do trabalho e com a reprodução social. Nesse sentido, as trajetórias de vida dos sujeitos que habitam e trabalham nas mais variadas atividades, no povoado da Várzea, se amparam e se formatam a partir de experiências vividas pelos demais membros dos grupos dos quais fazem parte. Tal como propõe Halbwachs, os sujeitos conservam as memórias recebidas através de noções e valores que constituem a memória coletiva de pertencimento, e isto gera meios de assegurar interesses de grupos aos quais cada sujeito se relaciona.

A pequena exploração camponesa-familiar independente, de economia natural, que emergiu no campo brasileiro, em função da gênese do capitalismo, de acordo com as já referenciadas proposições de Gorender (Op. Cit., 2013), na segunda parte desta dissertação, associa-se às reflexões de Ianni (Op. Cit., 2004), Prado Jr. (Op. Cit., 1976) e às de Wanderley (Op. Cit., 2003) no aspecto produção e distribuição.

Nesse sentido, a manutenção desta pequena propriedade rural, com produção diversificada, trabalhosa, distante das políticas de assistência técnica e com lucros irrisórios, é responsável pelo abastecimento alimentar das áreas urbanas que as circundam. As figuras 20 a 23 são registros desta dinâmica socioeconômica. Vale retomar as palavras de Prado Jr. a este respeito:

a pequena propriedade já representa na economia brasileira um grande papel. A maior parte dos gêneros de subsistência consumidos no país (em particular nos centros urbanos) produz-se nela. Enquanto a grande propriedade continuou e continua, indefinidamente, a se dedicar às grandes e extensivas culturas tropicais de que não pode senão excepcionalmente se livrar, a pequena tomou a seu cargo a mais substancial parte do abastecimento alimentar da população brasileira (PRADO JR., Op. Cit., 1976, p. 252).



Figura 20 - Pai e filho na plantação de feijão, folhagens, milho, abóbora e melancia, em terreno de aproximadamente 1 hectare, na lateral da habitação, irrigado com água de poço.
Imagem da autora, 2022.



Figura 21 - Pequena roça de pimentão, em terreno na lateral da habitação.
Imagem da autora, 2022.



Figura 22 - Vendedor de farinha na feira local, cuja unidade de medida é o litro.
Imagem da autora, 2022



Figura 23 - Vendedor de feijão na feira local, cuja unidade de medida é o litro.
Imagem da autora, 2022

A partir desta problematização, destaco as reservas de itens alimentícios produzidos nas pequenas roças distribuídas nos terrenos laterais das moradias e nos quintais do povoado da Várzea, destinados ao consumo familiar e à comercialização na feira local. As figuras 23, 24 e 25, a seguir, ilustram esta tendência.



Figura 24 - Estoque doméstico de alimentos produzidos no quintal da habitação. Imagem da autora, 2022



Figura 25 - Estoque doméstico de alimentos produzidos no quintal da habitação. Imagem da autora, 2022



Figura 26- Milho seco produzido no quintal de habitação destinado à alimentação de galinhas. Imagem da autora, 2022.

Tal como fora abordado, a Lei de Terras de 1850 e os mecanismos que instituíram a abolição da escravatura, no Brasil, relegaram à sociedade um padrão de desigualdade no acesso à terra. Forjado em uma sociedade que teve na expansão territorial a base de sua dominação política, econômica e social, o Brasil herdou uma estrutura fundiária historicamente marcada pela exclusão. Este cenário

foi determinante para as variações do desenvolvimento humano, das relações sociais de produção e do uso econômico dos recursos naturais, a começar pela terra.

Dados do último Censo Agropecuário de 2017 indicam que a média nacional de estabelecimentos dedicados à agropecuária era de 69 hectares, com uma gritante variação regional. O Centro-Oeste concentrava o menor número de estabelecimentos rurais, cuja média era de 322 hectares, sendo 10% deles maiores que 500 hectares. Para efeito de comparação, o Nordeste detinha o maior número de imóveis e a menor área média, 30,5 hectares, sendo 0,7% de latifúndios com áreas iguais ou superiores a 500 hectares.

O Censo ainda retrata a condição legal das terras no Brasil: somente 6,5% das que são consideradas muito pequenas (com menos de 1 hectare) dispunham de titulação legal. A ocupação de terras inferiores a 50 hectares, sem titulação legal, é apontada como predominante, nos 92% do total de imóveis.

Estes dados refletem as consequências dos fatores históricos sobre a questão do acesso à terra no Brasil e podem ser reforçados com o documento familiar nas figura 27 e 28. Trata-se de Declaração de Propriedade de Imóvel Rural feita ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no ano de 1986, na qual se lê: “ocupação simples e pacífica há mais de 20 anos”, de uma área de 9 hectares dedicados ao cultivo de algodão em caroço.

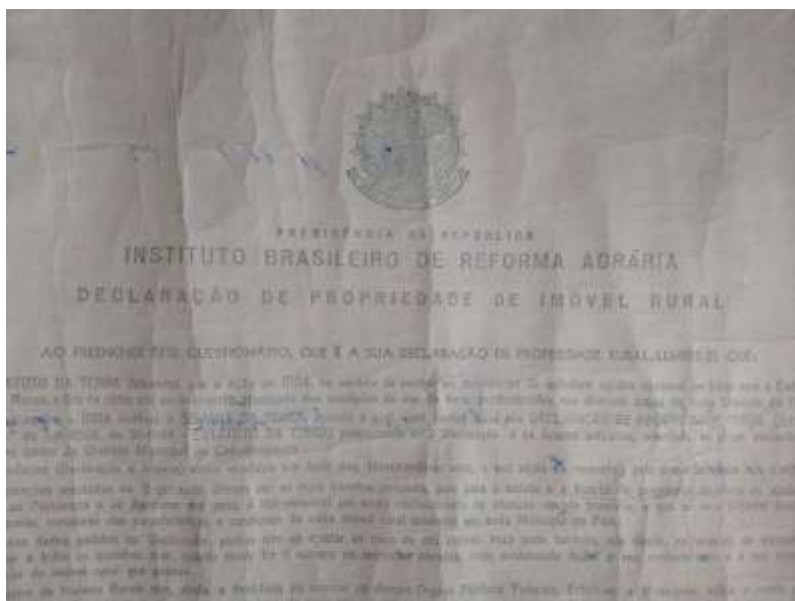


Figura 27 – Documento familiar.
Imagem da autora, 2022.

LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL		IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO	
35 # 009		281	
NATUREZA DA POSSE OU OCUPAÇÃO			
01	02	03	04
05	06	07	08
09	10	11	12
<i>Ocupação simples e pacífica há mais de 20 anos.</i>			

Figura 28 - Documento familiar. Imagem da autora, 2022.

O texto que compõe a capa do formulário acima diz: “Ao preencher este questionário, que é a sua declaração de propriedade rural, lembre-se que: o Estatuto da Terra determina que a ação do IBRA, no sentido de corrigir as deficiências da estrutura agrária nacional, se inicie com o Cadastro dos Imóveis Rurais, a fim de obter um conhecimento atualizado das condições de uso da terra, predominantes nas diversas zonas de cada unidade da federação”.

Ora, para além do “conhecimento atualizado” gerado ao Estado, o que declarações como esta efetivamente suscitam? Comprada em 1960 com “recibo de quitação de promessa de compra e de venda”, deixada para 10 herdeiros, a propriedade continua a ser explorada por gerações para o sustento de famílias, sem acesso à água, sem nenhum tipo de assistência técnica, cuja instalação de luz elétrica se deu no ano de 2020. A figura 29 ao lado diz por si.



Figura 29 - Homem abraça poste de energia e é fotografado por mulher. Imagem da autora, 2022.

O caráter conservador da modernização agrícola, no Brasil, já apontado neste estudo, com base nas análises de Wanderley (Op. Cit., 2009), em que prevalecem formas de um passado que reproduzem um modelo de desenvolvimento socialmente excludente e tecnicamente atrasado, é a expressão de um projeto de Estado pactuado com a grande propriedade.

Sem desconsiderar transformações que firmaram um novo padrão técnico e a integração da agricultura à economia nacional, a autora ressalta a heterogeneidade das políticas que privilegiam médias e grandes unidades produtivas em detrimento da pequena propriedade e do minifúndio, e a não resolução das contradições relacionadas à terra, no Brasil.

A “proletarização à brasileira” (p. 59) da força de trabalho rural, conforme a autora, “feita sob a base da extrema exploração de uma força de trabalho sem qualificação profissional, sem garantia de proteção efetiva das leis trabalhistas e com acesso precário aos bens e serviços fundamentais ao cidadão” (p. 59), longe de assegurar a prosperidade da economia camponesa, relegam uma numerosa parcela da população rural à pobreza e à precariedade estrutural.



Figura 30 - Mulher e homem ensacam o café em coco. Imagem da autora, 2022.



Figura 31 - Homem ao fundo trabalha na podagem do maracujá. Imagem da autora, 2022.

No povoado da Várzea, contingentes de mão de obra local são arregimentadas para a colheita temporária do café e para a lavoura permanente de maracujá compondo um cenário de precarização das condições de trabalho e de vida que vitimiza adultos, homens, mulheres, velhos e, sobretudo, jovens. As figuras 30 e 31 retratam esta realidade.

Maior produtor de café do mundo, o Brasil, de acordo com dados do último Censo Agropecuário de 2017, produziu 2,4 milhões de toneladas do grão, naquele ano, sendo a região Sudeste responsável por 90% do total produzido no país, sobretudo no estado de Minas Gerais. Fora daquela região, a Bahia figura como a maior produtora, dentre os demais estados,⁷⁶ condição que permanece praticamente inalterada numa comparação com as análises de Oliveira (Op. Cit., 1984) sobre o início dos anos 1980, apresentadas na parte 2.2 desta dissertação.

Conforme a EMBRAPA, o Brasil é o maior produtor mundial de maracujá, sendo a Bahia o maior produtor nacional da fruta, cujas áreas de cultivo estão concentradas no semiárido, destinadas ao consumo in natura e à produção industrial do suco.⁷⁷ Ituaçu conta com grandes extensões de terras dedicadas ao cultivo do maracujá, especificamente o povoado da Várzea, com várias fazendas movimentando centenas de trabalhadores na época da colheita.

Invariavelmente submetida aos perigos do uso de agrotóxicos, sem nenhum tipo de proteção, essa mão de obra temporária e, predominantemente, jovem, dedicada à cultura do maracujá, desempenha a atividade de “passar a mão na flor” da planta, em dias alternados, entre uma e outra aplicação de veneno contra pragas. Esta prática substitui a polinização natural das flores feita pelos insetos conhecidos como mangangás, os quais certamente foram substituídos pelas mãos humanas por se tornarem menos numerosos, em consequência do uso intensivo de defensivos agrícolas. São inquestionáveis os danos à saúde daquelas pessoas que sofrerão, a curto ou médio prazo, as consequências do contato direto com produtos químicos nocivos, sem nenhum tipo de proteção como luvas e máscaras.

⁷⁶ Disponível em [IBGE | Biblioteca | Detalhes | Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia](#). Acesso em julho de 2022.

⁷⁷ EMBRAPA. Disponível em https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaolf6_1qa1ceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=8103&p_r_p_-996514994_topicId=9036. Acesso em fev. 2022.

Tal como já fora tratado neste trabalho, o processo de desenvolvimento do capital no campo se desdobrou a partir das conveniências da reprodução do lucro, fomentando a expropriação dos meios de produção dos pequenos proprietários e contribuindo para que o caráter temporário do trabalho se constituísse como o modelo dominante das relações de trabalho. Fatores que trazem consequências severas para a população jovem filha dos camponeses, impossibilitada de terem suas próprias terras dado o alarmante valor que elas passaram a ter somado à falta de recursos para esta aquisição.

As reformas neoliberais do Estado brasileiro apontadas anteriormente que deram impulso à reestruturação capitalista, nos anos 1990, tiveram consequências que se abateram sobre todas as categorias de trabalhadores urbanos e rurais e até hoje se fazem presentes seus efeitos, pois, conforme análises de Telles (Op. Cit., 2001), a pobreza passaria a se acentuar nos lugares onde sempre esteve: no mercado de trabalho, na economia informal, no mundo rural do Nordeste.

Alguns autores consideram esta precariedade e pobreza nas experiências de vida e de trabalho de homens e mulheres do campo como fatores determinantes para a capacidade de reelaborações de estratégias pessoais, familiares e comunitárias em busca da viabilidade da produção da existência, a partir dos recursos possíveis e disponíveis.

Na tentativa de enfrentar adversidades com vistas à sobrevivência imediata, o camponês agricultor se vale de formas ou modos de vida que o possibilitam organizar estratégias num cenário integrado – e não isolado - à sociedade global e às condições modernas de produção. No enfrentamento das dificuldades, o homem e a mulher trabalhadores da pequena unidade familiar rural seguem por gerações reescrevendo suas biografias a caminho de superações e encontros de possibilidades.

Martins (Op. Cit., 2010) propõe uma busca pelos nexos, quase sempre ocultos, das formas e conteúdo dos grandes processos históricos com o âmbito local/ particular que cria ou recria o novo ou conserva o tradicional. Frente ao abismo das temporalidades distintas que, historicamente, separa o mundo rural da ordem burguesa, os sujeitos sociais ativos do campo incorporam o moderno ao seu cotidiano, sem, contudo, agregar um modo moderno de ser, nas análises do autor.

É nessa ambiguidade ou descontinuidade que o homem e a mulher comuns criam e recriam a própria história, através de suas potencialidades e inventividades

para a composição da própria vida. Herdeiros de tradições e valores, ressignificam suas práticas na produção da existência.

Martins (Op. Cit., 1997) resgata o filósofo francês Henri Lefebvre para expor sua visão sobre o mundo contemporâneo e a aparente falta de possibilidades de mudanças além das alternativas locais. Para a compreensão da realidade histórica do homem, o autor expõe o pensamento do francês da seguinte forma:

para ele, a concepção da revolução social não se confunde com golpe de Estado, mas é a revolução no modo de viver, no modo de pensar [...], no sentido de ser libertos de carências e misérias. [...] não há reprodução de relações sociais sem certa produção de relações sociais. Ou seja, quando ocorre a reprodução ampliada do capital, ocorre também a reprodução ampliada das contradições sociais. A tendência à aparente perpetuação do capitalismo, de sua exploração e de suas relações de poder não se repete sem produzir consigo aquilo que a nega e que propõe, no próprio bojo da exploração e da opressão, a libertação (p. 127).

Kosik (Op. Cit., 1976) assinala que “a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias” (p. 60). Isto implica que a realidade social é um conjunto de estruturas dotadas de autonomia que se influenciam reciprocamente. Neste contexto, é imprescindível reconhecer a importância do homem e da mulher como sujeitos sociais e históricos que, na produção e reprodução da vida, ou seja, nas suas objetivações, criam a realidade e a si próprios, valendo-se de sentidos e potencialidades.

No convívio, portanto, com a lógica da reprodução das contradições, o homem e a mulher se munem de alternativas para “conciliar o antagônico como forma de resistir à inovação” (MARTINS, Op. Cit., 2010, p. 41) e daí emergem a força da tradição e as peculiaridades dos modos de vida.

São as alternativas estruturadas na vida cotidiana vinculada à dimensão histórica dos processos que procuro captar nas fotografias desta etnografia.

Netto e Carvalho (2000)⁷⁸ definem a esfera do cotidiano como o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares e a reprodução social. Neste processo, o ser social se produz enquanto reproduz a totalidade social,

⁷⁸ NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo B. de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

pois ela não está fora da dimensão histórica e é nela que se processam as mediações entre o global e o local, o singular e o coletivo.

A vida cotidiana na perspectiva de Martins (1998)⁷⁹ é definida pelos objetos, pelas habitações, pelos atos que expressam a visão de mundo e os meios de vida, no “descompasso das temporalidades” (p. 684) que dá forma aos modos de vida.

A referida precariedade e pobreza nas experiências de vida e de trabalho de homens e mulheres do campo exige que alguns termos sejam esclarecidos. Para isto, recorro à percepção de Mariângela B. Wanderley (2014)⁸⁰ que propõe o entendimento da pobreza não como um fenômeno resultante apenas da ausência de renda, devendo ser associada à exclusão e às desigualdades de ação e de representação.



Figura 32 - Fogão a lenha em habitação. Imagem da autora, 2022.

Associada à ética e a valores culturais, a exclusão tem relação com discriminação, estigmatização, atitudes e comportamentos, com o abandono e com o rompimento das relações de convívio e, portanto, não se refere tão somente à incapacidade de aquisição de bens. Com este pensamento, Aldaiza Sposati (1999)⁸¹

⁷⁹ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. e SCHWARCZ, Lília M. Col. **História da vida privada**. V. 4. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

⁸⁰ WANDERLEY, Mariângela Belfiore. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014. p. 23.

⁸¹ SPOSATI, Aldaiza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, Maura P. B.

esclarece que a pobreza, por sua vez, é o que enquadra os sujeitos numa incapacidade de atingir os mínimos padrões de vida, o que não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre. Explica: “pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho etc.” (p. 130). E acrescenta:

Enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida obsoleto de uma parte da sociedade – os pobres -, desigualdade se refere a padrões de vida relativos de toda a sociedade, mas a desigualdade mínima (situação em que todos são iguais) é possível tanto com pobreza zero (ninguém é pobre) quanto com pobreza máxima (todos são pobres)”. (Banco Mundial, 1990 apud SPOSATI, 1999).

Esta discussão leva à conclusão que os modos de vida representados pelas imagens desta etnografia estão, inegavelmente, associados a um nível de pobreza, mas não exatamente a pobreza que nega o acesso aos padrões de vida mínimos. Na pobreza, tem-se a anulação das identidades, das vontades e da capacidade de ação, e o pobre, impotente, é dominado em sua completude pelas circunstâncias dominantes.

Ao analisar os modos de vida e produção da existência na cotidianidade dos sujeitos que trabalham, no povoado da Várzea, considero a relação dialética que se opera entre um modo de produção dominante e formações econômicas específicas que subsistem naquela conformação social. Nessa perspectiva, aspectos da vida material e o conjunto de práticas cotidianas dos sujeitos que compõem o povoado abrangem grupos sociais multifacetados, constituintes de uma unidade que se organiza e produz a própria existência.

Lia Tiriba e Bruna Sichi (2011)⁸² assinalam a particularidade histórica do trabalho e dos saberes a ele implicados ressaltando a coexistência de diferentes culturas do trabalho frente as quais o trabalhador elabora estratégias nem sempre compatíveis com a racionalidade capitalista. O conjunto dessas práticas que sobrevivem ao transcorrer do tempo e se manifesta na cotidianidade, na medida em que é absorvido pela lógica e dinâmica do capital, se organiza a partir do que foi

(ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo, EDUC, 1999.

⁸² TIRIBA, Lia e SICHÍ, Bruna. Os trabalhadores e a escola: de olho nas culturas do trabalho. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília, Líber Livro; Niterói, EdUFF, 2011.

herdado e transmitido entre gerações pela tradição, pelos valores, pelas convenções que acabam por influenciar seus modos de vida.

Tomo o conceito de modos de vida apresentado por Ana Elizabeth Alves e Lia Tiriba (2018)⁸³ que assim o consideram: “um conjunto de práticas sociais cotidianas de um determinado grupo social, relacionadas ao mundo do trabalho, à vida familiar, ao consumo e ao lazer, articuladas com a sociedade em geral” (GUERRA apud ALVES e TIRIBA, 2018, p. 150). E ainda: “remetem-nos a formas de existir do camponês na luta diária em busca de sobrevivência, nas práticas rotineiras para manutenção e reprodução da vida construída em torno da terra, da família e do trabalho” (MARQUES apud ALVES e TIRIBA, 2018, p. 150).

Na estratificação das vivências que constituem aquele espaço singular e socialmente construído – o povoado da Várzea - há regularidades, durações e permanências que sobrevivem à dinâmica dos processos históricos. Se, por um lado, ao capitalismo interessam coletividades que conservam valores que o retroalimenta, por outro, na transmissão intergeracional vinculada à conservação e perpetuação de memórias coletivas, comparecem experiências de enfrentamento da precariedade instalada. Para efeito do interesse desta pesquisa, tais experiências estão relacionadas às práticas de trabalho associadas à terra, à pequena propriedade rural e também aos aspectos da sociabilidade.

Martins (Op. Cit., 1998), ao analisar bairros rurais do Sudeste e povoados do Centro-Oeste e Meio-Norte, verifica uma sociabilidade que parece tradicional, mas se alimenta do novo e ultrapassa o meramente conflitivo. Naquelas realidades, o autor assinala:

uma certa tradição (que não é a da família pequeno-burguesa) ganhou consistência como base da invenção social, da invenção de um modo de vida que se insere no mundo moderno por meio de formas culturais a ele relativas, mas subjugadas e postas em funcionamento na tradição do familismo e de um certo comunitarismo de vizinhança (p. 688).

Na confluência destas observações que constato a pertinência do espírito comunitário dos moradores do povoado da Várzea. Como já foi dito, ingressei nesta

⁸³ ALVES, Ana Elizabeth S. e TIRIBA, Lia. Trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 31, 2018.

pós-graduação ao mesmo tempo em que o vírus da Covid-19 se espalhava por todo o Brasil e pelo mundo fazendo vítimas fatais. Eu pude cumprir meu isolamento no povoado da Várzea, enquanto fazia as leituras e os estudos relativos às disciplinas que cursava remotamente. E, na medida em que eu buscava delinear minha pesquisa, observava o que se tornara o meu campo empírico.



Figura 33 – Frutas compartilhadas.
Imagem da autora, 2022.



Figura 34 – Alimentos compartilhados.
Imagem da autora, 2022.



Figura 35 – Alimentos compartilhados.
Imagem da autora, 2022.

As figuras 33, 34 e 35 acima são de alimentos que foram compartilhados por familiares e amigos vizinhos que os recolheram dos próprios quintais, como as frutas, o milho para o mingau, o leite dos currais. Muitas vezes, os alimentos eram deixados, na simples espontaneidade de quem nem fazia questão de se mostrar, como os mamões na janela.

A inventividade de que fala Martins (Op. Cit., 2010) está nas cenas e paisagens mais corriqueiras da cotidianidade do povoado, como nas figuras 36, 37 e 38.



Figura 36 - Homem improvisa e se protege do sol forte da Caatinga.
Imagem da autora, 2022.



Figura 37 - Homem leva galhos de malva para fazer vassoura.
Imagem da autora, 2022.



Figura 38 - Vassoura de malva.
Imagem da autora, 2022.

A vassoura feita artesanalmente dos galhos de malva, uma planta herbácea muito comum nas terras do Sertão, é uma grande representante dos modos de vida das populações sertanejas rurais. Confeccionada e usada pelas mulheres na lida do trabalho doméstico, as vassouras de malva continuam sendo instrumento de limpeza presente na maior parte das residências do povoado da Várzea. Ao riscar a terra imprimindo nos terreiros desenhos que acompanham a trajetória de quem varre, a utilidade das vassouras de malva se entrelaça à arquitetura rural, onde se verifica a predominância dos terrenos de terra batida, tanto dos quintais quanto da frente das habitações.

Estes terreiros, sobretudo os da frente às habitações, são espaços de sociabilidade, extensão das paredes da casa ou terreno em que transita o privado e o público, nas análises de Martins (1998). O autor faz uma interessante observação da relação da mulher dona de casa com a rua, uma face da sociabilidade feminina: é na porta de casa que as vizinhas, nas pausas de suas atividades internas e íntimas, se encontram para conversar, como nas figuras 39 e 40, a seguir. Diz:



Figura 39 - Vizinhas conversam na rua. Imagem da autora, 2022.



Figura 40 – Vizinhas conversam na rua. Imagem da autora, 2022.

A frente da casa torna-se uma extensão a céu aberto da sala da casa ou do cômodo da frente. Este é o cômodo da sociabilidade masculina, enquanto a cozinha o é da sociabilidade feminina, como feminina é também a frente da casa [...]. Temos aí as duas faces da sociabilidade da mulher decorrentes de sua ambiguidade – uma voltada para íntimo e para o interior da casa; outra voltada para a comunidade e o público, ainda assim nos limites dos espaços de transição e igualmente ambíguos, na rua (MARTINS, 1998, p. 696).

As figuras 41 e 42, a seguir, trazem uma necessária discussão acerca do já referido intercâmbio de mercadorias, valores e padrões de vida e comportamento estabelecidos com as transformações estruturais que sofreram a agricultura e o campo com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, ao longo do século XX, no Brasil. A apropriação que faz o capital das paisagens rurais se manifesta, dentre outras formas, no consumo das mercadorias.

A mercadoria, como assinala Marx (1989), é uma categoria considerada a fonte das riquezas nas sociedades sob o modo de produção capitalista. Objeto externo que satisfaz as necessidades humanas, suas propriedades podem ser úteis em diversos aspectos e o estudo destes aspectos ou as múltiplas formas de uso das

coisas é considerado um ato histórico. Expressão da modernidade, as mercadorias são responsáveis pelos contornos dos modos de vida típico das zonas rurais. Martins (2010), ao analisar as contradições da modernidade no Brasil, destaca a necessidade de se apreender a lógica tradicional e camponesa do uso das mercadorias e investigar os modos como o moderno e seus signos são incorporados pelas pessoas e pelos grupos.

Para o sociólogo, na periferia do mundo moderno, no mundo rústico do Sertão, são verificáveis os artifícios usados para prolongar a vida útil das coisas diante das incertezas e impotências produzidas pela consciência da contingência do novo. Cabe aos sujeitos, portanto, a tarefa de descobrir e inventar caminhos para superar a racionalidade capitalista e suas contradições, estas inerentes à própria condição moderna que, entre nós, não se completa. A partir da perspectiva do autor, o conteúdo que figura nas imagens a seguir nega a própria essência da mercadoria.



Figura 41 - Reuso de mercadorias.
Imagem da autora, 2022.



Figura 42 - Reuso de mercadorias.
Imagem da autora, 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica histórica que deu conformação às atuais relações de produção no campo brasileiro tem base no processo de desenvolvimento do capitalismo. Com a expansão da estrutura política e administrativa portuguesa, as entradas e as bandeiras instituíram a ordem jurídico-política de repartição, condições de posse e utilização das terras originalmente indígenas, nos sertões da colônia.

O grande empreendimento mercantil português, iniciado no século XVI, pôs em prática estratégias, como as sesmarias e a Lei de Terras, que tornaram impossível aos trabalhadores livres e despossuídos o acesso aos meios de produção. Este monopólio de classe, voltado para a geração da renda da terra, mesclou o latifúndio e a pequena produção familiar camponesa, cuja lógica adentrou os séculos XVII e XVIII como uma lacuna para um projeto nacional de desenvolvimento. O século XIX da independência política, da abolição da escravidão e da instituição da República pouco alterou os quadros da organização social rural brasileira e suas contradições.

A expansão do capitalismo industrial que marcou a virada para o século XX moveu as estruturas agrárias do Brasil com o incremento das forças produtivas, e as dimensões da vida do trabalhador rural continuaram a estar determinadas pelas conveniências do capitalismo nas áreas rurais. Com um incipiente alargamento das relações de trabalho assalariado, o pequeno trabalhador rural, alienado e desprovido do entendimento das perversas condições que o enquadram numa classe em si, adentra o século XXI na ausência de um projeto de emancipação e desenvolvimento da embaraçosa realidade que o constitui.

Inserido numa dialética de complementaridade, o produto do trabalhador rural ultrapassa a dimensão das necessidades imediatas da família e se insere num plano maior de abastecimento alimentar da população urbana, ao passo que os latifúndios ou grandes conglomerados agrários continuam a atender a uma economia de mercado externo.

A incorporação da identidade moderna obriga o homem e a mulher do campo ao enfrentamento dos desafios e encontro de possibilidades para continuar

existindo. Construindo significados para a sua ação cotidiana, estes atores sociais se orientam a partir de suas especificidades de vida e de trabalho e elaboram estratégias de produção e reprodução da vida, incluindo a de seus filhos e netos.

O caráter reformista do Estado brasileiro, voltado para os interesses das elites, consagra suas consequências mais nefastas sobre a vida dos trabalhadores rurais. Estes, integrados à sociedade global, longe de parecerem deslocados da reprodução ampliada do capital, também atuam na constituição histórica da realidade, pondo em prática seus sentidos e potencialidades através do trabalho com os meios e recursos naturais disponíveis, essencialmente a terra.

São as ações diante do possível e as alternativas construídas na vida cotidiana do homem e da mulher que trabalham que procurei expor com a série de fotografias feitas no povoado da Várzea, um conjunto narrativo daquela unidade social constituída por atores e protagonistas da própria vida.

A “escrita do visível” apresentada nesta dissertação teve como via de acesso ao cotidiano daqueles sujeitos históricos ativos o concreto vivido, criado e recriado naquela conformação sócio-histórica específica. A fim de problematizar o cotidiano circunscrito ao trabalho, compus esta narrativa visual, a partir da observação direta e presencial daquela comunidade, e, à luz dos referenciais teóricos da história e da sociologia, pude elaborar algumas conclusões relacionadas também ao campo do conhecimento que é a memória.

A despeito das transformações metabólicas do capital e dos arranjos sociais e econômicos por elas estabelecidos sobre a vida do trabalhador rural, especificamente, dos que vivem no povoado da Várzea, as práticas associadas ao trabalho e aos modos de vida conservam elementos de uma tradição que, segundo Nora (Op. Cit., 1993), se relacionam imediatamente com a necessidade de autopreservação da própria existência do grupo. O passado é dado pelo autor como o alicerce para a apropriação do novo e sua ressignificação.

A potencialidade humana de recriação das possibilidades do existir é o essencial do fenômeno da memória, sendo a criação imanente à existência humana, a partir das condições materiais. Neste processo, comparecem elementos como a identidade e os interesses dos grupos sociais de conservar a própria existência, frente aos conflitos sociais e intergrupais a que estão submetidos. A memória, portanto, opera como um mecanismo que orienta os sujeitos no reconhecimento das referências que ajudam a sua própria constituição.

No pensamento de Halbwachs (Op. Cit., 2003), esta constituição marcada pelas trajetórias de vida dos sujeitos, e aqui eu aponto fundamentalmente os percursos no campo do trabalho, vinculam-se a uma herança transmitida a partir das relações entre as sucessivas gerações. A similaridade das experiências de modos de vida dos homens e mulheres que apresento e as experiências que posso acessar através da lembrança dos que não mais estão entre nós, como as do meu avô, avó e tios mais velhos, conforme descrevo na introdução desta dissertação, configura, inegavelmente, uma continuidade de elementos de um passado reconstruído.

Esta reconstrução, obviamente, se fundamenta nas atuais condições da materialidade, embora estas não pareçam tão divergentes das de outrora. Homens e mulheres de hoje, no campo de estudos em questão, continuam a desdobrar-se para atender às necessidades individuais e da família pelo trabalho, além da manutenção dos seus patrimônios.

É esta inevitável sustentação de um passado através dos valores herdados pela transmissão intergeracional associada a um presente marcado por difíceis condições de vida, como as de quem trabalha com a enxada e a foice, que me leva a mirar a representação irreflexiva do passado como um importante mecanismo que atua na manutenção das realidades conforme os interesses hegemônicos. Nesse sentido, vale retomar Magalhães e Almeida (Op. Cit., 2011) ao proporem a necessidade de problematizar os interesses dos grupos sociais na sua multiplicidade associados às condições materiais que regulam a produção e a reprodução da vida. A associação que fazem alguns teóricos da memória às determinações da ideologia se apresenta para mim como um vastíssimo campo para estudos acadêmicos futuros.

Diante dos processos históricos que constituem a conformação da realidade brasileira desde o século XVI até os dias atuais, relativas ao trabalho na localidade do povoado da Várzea voltado para a terra, as conclusões desta pesquisa, portanto, podem ser elencadas da seguinte forma: continuidade de elementos relacionados à precarização dos modos de vida e da produção da existência; permanência de difíceis condições de vida; o trabalho com a terra é exercido pelos mais velhos; ausência do Estado; a produção na pequena propriedade é destinada ao abastecimento das cidades e ao autoconsumo; predominância de pequenas propriedades; falta de titulação legal das propriedades.

A força das tradições como alternativa às formas irracionais da expansão do capital no campo do trabalho com a terra e dos modos de vida analisados à luz do materialismo histórico e dialético, conduz as conclusões desta pesquisa em direção a uma compreensão histórica e sociológica de persistências de costumes e práticas mantidas num contexto de notórias temporalidades e historicidades distintas, entre o sujeito que trabalha no povoado da Várzea e as configurações determinantes dos cenários onde o capital se estabelece.

Neste sentido, a memória figura como importante elemento mediador que possibilita às gerações sucessivas, na transposição de saberes, valores, práticas, hábitos, assegurar a continuidade da reprodução social, valendo-se do trabalho e das condições materiais imediatas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, SANTO. **Confissões**. Livros VII, X e XI. Col. Textos Clássicos de Filosofia Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2008.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1979.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013.

ALVES, Ana Elizabeth S. e TIRIBA, Lia. Trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 31, 2018.

ANJOS, Rafael Sânzio A. dos. **Quilombos**: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília, Mapas Editora, 2009.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. São Paulo, Edições 70, 1998.

_____. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

BRASIL. Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 02 mar. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo, Editora 34, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 2009.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. 2ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Trad. Telma Costa. Lisboa, Teorema, 1992.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1995.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Ática, 1978.

_____. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

GUIMARÃES, Ordálvio Souza. **Ituaçu** - bandeirantes e sertanistas na Chapada Diamantina. Salvador, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona, Anthropos Editorial, 2004.

_____. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2006.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. V. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 1ª. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Ituaçu, Bahia**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ituacu>. Acesso em out. de 2021.

_____. **XI Recenseamento geral do Brasil**. Manual de delimitação dos setores do ano 2000. Vol. 22. Série Relatórios metodológicos. Rio de Janeiro. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9QwRWUI1FIJ:biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0210.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 02 mar. 2021.

_____. **Perfil demográfico e socioeconômico do produtor**. Disponível em [IBGE | Biblioteca | Detalhes | Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia](#). Acesso em ago. 2022.

_____. **Cidades e Estados**. Disponível em [Ituaçu \(BA\) | Cidades e Estados | IBGE](#). Acesso em out. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. Artigo publicado no **Dictionnaire critique du féminisme**. HIRATA, Helena et al. (Orgs.). Ed. Presses Universitaires de France. Paris, nov. de 2000. Trad. Miriam Nobre, ago. de 2003.

KIOTA, Norma e outros. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Revista Mundo Agrário**, vol. 16, n. 33, pp. 132-159, 2015.

KONDER, L. **O que é dialética**. Col. Primeiros Passos. 8ª. Ed. São Paulo, Brasiliense, 2004, p. 37.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Ed. Unicamp, 1996.

MACIEL JR., Auterives. **O todo-aberto**: duração e subjetividade em Henri Bergson. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2017.

MAGALHÃES, Livia Diana R. e ALMEIDA, José Rubens M. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, José C; CASIMIRO, Ana Palmira B e MAGALHÃES, Livia. D. R (Org.). **História, memória e educação**. Campinas, Alínea, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. e SCHWARCZ, Lilia M. Col. **História da vida privada**. V. 4. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª. Ed. São Paulo, Contexto, 2010.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2019.

MARX, Karl. **O capital**. 13. ed. Livro 1. V. 1. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo, Boitempo, 2007.

MATTOS, Carmem Lúcia G. de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia G. de e CASTRO, Paula A. (Orgs.) **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande, EDUEPB, 2011. Disponível em [mattos-9788578791902-03.pdf \(scielo.org\)](https://doi.org/10.1590/1981-2248-032011-001). Acesso em jul. de 2022.

NAMER, Gérard. Posfácio. In: HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona, Anthropos Editorial, 2004.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo B. de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>.

NUNES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese de doutoramento em História. UFPE, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, José Valdo de. Aspectos econômicos e sociais da cultura do café na Bahia. In: **Princípios** – revista teórica, política e de informação. Ed. Anita Garibaldi, n. 9, out. 1984.

POCHMANN, Marcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de. (Org.) **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas, UNICAMP, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, Krzystof. **Memória**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26ª. Ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1976.

SAMPAIO, Teodoro. **História da fundação da cidade do Salvador**. Salvador, Tipografia Beneditina, 1949.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. Campinas, Práxis, 1998.

SANTOS, Alexandre de Jesus. **Memória e ontologia do ser social: contribuições a uma teoria marxista da memória**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade. Vitória da Conquista, UESB, 2021.

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura: as transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia**. Dissertação de mestrado. 155 fls. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

SANTOS, Marisa O. **Memórias do trabalho familiar em casas de farinha: transformação dos modos de vida de homens e mulheres do campo**. Tese de doutoramento. 241 fls. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2021.

SCHMIDT, Volker H. Múltiplas modernidades ou variedades da modernidade? **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 28, p. 147-160, jun. 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

SILVA, José Graziano da. **O que é a questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1998. Campinas, Práxis, 1998.

SILVA, Sylvio Carlos B. de Melo e. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador, UFBA, 1989.

SPOSATI, Aldaiza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, Maura P. B. (ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo, EDUC, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. 1ª. Ed. São Paulo, USP, Curso de pós-graduação em Sociologia, Ed. 34, 2001.

TIRIBA, Lia e SICHI, Bruna. Os trabalhadores e a escola: de olho nas culturas do trabalho. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Org.). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília, Líber Livro; Niterói, EdUFF, 2011.

VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro**: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia, século XVIII. Dissertação de mestrado em História. 340 fls. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. [Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, n. 2](#), out. 2003.

_____. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014. p. 23.